UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG

CENTRO DE HUMANIDADES - CH

UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA – UAH

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

"SEM CORES POLÍTICAS NEM RELIGIOSAS":

O ENSINO LAICO NO INSTITUTO PEDAGÓGICO CAMPINENSE (DÉCADA DE 1930)

ALISSON PINHEIRO COSTA

CAMPINA GRANDE - PB

2015

ALISSON PINHEIRO COSTA

"SEM CORES POLÍTICAS NEM RELIGIOSAS":

O ENSINO LAICO NO INSTITUTO PEDAGÓGICO CAMPINENSE (DÉCADA DE 1930)

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande - PB, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Profª Drª. Regina Coelli Gomes Nascimento

CAMPINA GRANDE - PB
2015

Biblioteca Setorial do CDSA. Maio de 2025.

Sumé - PB

ALISSON PINHEIRO COSTA

"SEM CORES POLÍTICAS NEM RELIGIOSAS":

O ENSINO LAICO NO INSTITUTO PEDAGÓGICO CAMPINENSE (DÉCADA DE 1930)

Monografia Avaliada em 20/03/2015 com o conceito Máximo

BANCA EXAMINADORA:

_____

Profª Drª. Regina Coelli Gomes Nascimento
(Orientadora)

_____

Profª. Msª. Pávula Maria Sales Nascimento

_____

Mestrando: Profº. Hélio Santana Garcia Soto

Dedico este trabalho aos meus pais, Josué e Elizabeth, e a meu irmão Vinícius.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, ajudaram e contribuíram para o desenvolvimento desta monografia.

Como Cristão, agradeço a Deus, pois acredito que sua energia emanada em nossas vidas transforma o homem em todos os sentidos.

Desde o ano de 2013 este trabalho começou a se desenvolver pelo programa voluntário PIVIC/UFCG, intitulado: "Conselho Higiênico": Sensibilidades e Saberes Escolares em Campina Grande - Paraíba (1920-1940)". Agradeço ao mesmo pela oportunidade única de desenvolver um trabalho que traz uma importância social, política e educacional para a sociedade paraibana. E agradeço também aos outros integrantes da pesquisa, em especial, Ronyone, Elson e Alexandro, pelo apoio durante essa pesquisa.

À Universidade Federal de Campina Grande, o Centro de Humanidade e a Unidade Acadêmica de História, bem como seus professores, pelos ensinamentos relacionados ao campo da licenciatura e pela oportunidade de iniciar junto ao campo da pesquisa histórica.

À minha orientadora e professora, Regina Coelli Gomes do Nascimento, pela paciência nas orientações e pela confiança depositada em mim, suas ótimas orientações acadêmicas partiram de uma sensibilidade sincera e verdadeira, na qual surtiram efeito na conclusão desta monografia.

A todos os colegas de curso que ingressaram no período 2010.2 com quem, por quatro anos e meio, dividi minhas felicidades e angústias. Em especial, Juliana Costa, Juliana Amâncio, Osmar e Danielly.

Por fim, agradeço à toda minha família, aos meus avôs, Josué Nicolau (*In memoriam*) e Irene (*In memoriam*), Alfredo (*In memoriam*) e Maria; as minhas tias, Eliana e Vera; ao meu irmão Vinícius e a meus pais, Josué e Elizabeth, pelo carinho e confiança que sempre depositaram na minha capacidade acadêmica, nunca medindo esforço para que eu chegasse até aqui.

A todos vocês, meu muito obrigado.

"A escola, portanto, deve ser o fulcro em torno do qual fazem o seu movimento rotatório almas novas, descrevendo círculos concêntricos subordinados a um ponto central: - o da liberdade de consciência."

(REVISTA EVOLUÇÃO, nº 2, 1931, p. 25)

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo analisar os discursos sobre o *Ensino Laico* na cidade de Campina Grande – PB, a partir do *Instituto Pedagógico Campinense*, fundado em 1919, pelo Tenente Alfredo Dantas, pensando na perspectiva do movimento educacional da *Escola Nova*. A documentação selecionada no decorrer desta pesquisa consta de Leis; Periódicos, a exemplo da *Revista Evolução (1931-1932)*, produzida pelo Instituto Pedagógico que circulou na cidade entre os anos de 1931 e 1932, abordando assuntos do cotidiano do referido Instituto e da cidade e Jornais, *A União (1920)*, *Brasil Novo (1931)*, *Comércio de Campina (1932)* e *Evolução-Jornal (1934)*. Para fundamentar nossas discussões dialogamos com os seguintes autores: Ramsés Silva (2006, 2012), a respeito das escolas confessionais e o processo de *secularização e laicização* da instrução pública; Ranquetat Jr. (2007) e Pe. Leonel Franca (1931) para compreender os pressupostos do ensino laico e religioso no Brasil; Ghiraldelli Jr. (1990) e Mate (2002) para termos uma compreensão sobre o movimento da Escola Nova. Os pressupostos teórico-metodológico apoiou-se nas abordagens de uma Nova História Cultural, pensado por Michel de Certeau (2012) para pensar acerca do cotidiano e também do filósofo francês Michel Foucault (1979, 2009), a partir de suas proposições acerca da análise do discurso.

Palavras-chave: Ensino Laico. Instituto Pedagógico Campinense. Escola Nova. Discurso.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the discourses about the *Laic Education* at the city of Campina Grande – PB, from the *Instituto Pedagógico Campinense*, founded in 1919 by the lieutenant Alfredo Dantas, thinking from the perspective of educational movement of *Escola Nova*. The documentation selected during this study consists of laws; magazines, as *Revista Evolução* (1931-1932), produced by the Instituto Pedagógico that circulated in the city between the years from 1931 and 1932, addressing, affairs of that everyday from the *Instituto* and from the city and newspaper, *A União (1920), Brasil Novo* (1931), *Comércio de Campina* (1932) and *Evolução-Jornal* (1934). In support of our discussions we dialogue with the following authors: Ramsés Silva (2006, 2012) about the denominational schools and process of secularization and secularization of public education; Ranquetat Jr. (2007) and Fr. Leonel Franca (1931) to understand the assumptions of secular and religious education in Brazil; Ghiraldelli Jr. (1990) and Mate (2002) to have an understanding of the movement of the Escola Nova. The theoretical and methodological assumptions relied on the approaches of a New Cultural History, thought by Michel de Certeau (2012) to think about the daily life and also the french philosopher Michel Foucault (1979, 2009) from his propositions about discourse analysis.

Keywords: Secular Education. Instituto Pedagógico Campinense. Escola Nova. Discourse.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES

CAD	Colégio Alfredo Dantas
Dec.	Decreto
Dr	Doutor
IHGP	Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
IPC	Instituto Pedagógico Campinense
MNESP	Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública
MVOP	Ministério da Viação e Obras Públicas – MVOP
PB	Paraíba
Prof.	Professor
PIVIC	Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica
Ten.	Tenente
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Instituto Pedagógico Campinense na década de 1930..... 12
Figura 2 - Colégio Imaculada Conceição na década de 1930..... 13
Figura 3 - Colégio Pio XI na Igreja Matriz..... 14

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1 - "ESCOLA LEIGA": A DEFESA DO ENSINO LAICO NO INSTITUTO PEDAGÓGICO CAMPINENSE PELO OLHAR *ECOLANOVISTA* 21

1.1 Alguns aspectos da Educação Laica no Brasil República 21

1.2 As bases históricas do discurso *escolanovista* no Brasil e na Paraíba na década de 1930 24

1.3 "O AMBIENTE ESCOLAR DEVE MANTER UMA TEMPERATURA IGUAL": Por uma Escola Laica no Instituto Pedagógico Campinense pelo olhar da Revista Evolução 27

2 - DISCUSSÕES EDUCACIONAIS ENTRE OS EDUCANDÁRIOS CAMPINENSES: A CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA IDEAL 35

2.1 Os três pilares educacionais da cidade de Campina Grande na década de 1930 e seus projetos pedagógicos 35

2.2 "Há muita gente ainda que combate a escola leiga": As discussões pautadas em Campina Grande na construção de um ideário 42

2.3 Tenente Alfredo Dantas: o educador protestante e laico 47

CONSIDERAÇÕES FINAIS 51

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 53

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso busca analisar os discursos sobre o ensino Laico[1] na cidade de Campina Grande – Paraíba, a partir do *Instituto Pedagógico Campinense*[2], na década de 1930, problematizando como as reflexões desse tipo de ensino ocasionaram discussões e mudanças no cotidiano escolar e na sociedade campinense daquele período, pensando também no movimento renovador da *Escola Nova*, por se tratar de uma das primeiras instituições de ensino da cidade a defender o ensino laico, observado em seu periódico pedagógico, chamado *Revista Evolução (1931-1932)*[3].

Esse Instituto[4] foi fundado no ano de 1919, localizado na Rua Barão do Abiaí, em Campina Grande - PB, como mostra a Figura 1, com ensino destinado para o primário e secundário, tanto para meninas e meninos, sendo composto de duas cadeiras oferecidas por seus fundadores: o diretor, Tenente Alfredo Dantas Correa de Góis, que possuía formação religiosa protestante e militarista, e sua enteada, a professora normalista Ester de Azevedo.

No mês de maio de 1924, o instituto é transferido para outro local. Essa nova sede, localizada na mesma rua com o número 327, seguia as modernas exigências higiênicas e pedagógicas em voga naquela época e ainda permanece até hoje, com o nome *Colégio Alfredo Dantas (CAD)*[5], em homenagem ao seu fundador e primeiro diretor, o Tenente Alfredo Dantas.

---

[1] Nessa monografia, optou-se por usar o termo "Laico" por ser o termo de fácil compreensão de seu significado pelo leitor, porém nas principais fontes consultadas e catalogadas, encontrou-se a palavra "Leigo" com mais frequência. Cabe ressaltar que essas duas denominações se referem à mesma coisa. E, segundo Domingos (2009, p. 47) "a origem da palavra laico ou leigo remonta à Antiguidade e refere-se ao que não é clerical, ao que pertence ao povo cristão como tal – e não à hierarquia católica – e ao que é próprio do mundo secular, por oposição ao que é eclesiástico. Contudo, é bastante difícil situar e datar com precisão o aparecimento do Estado laico".

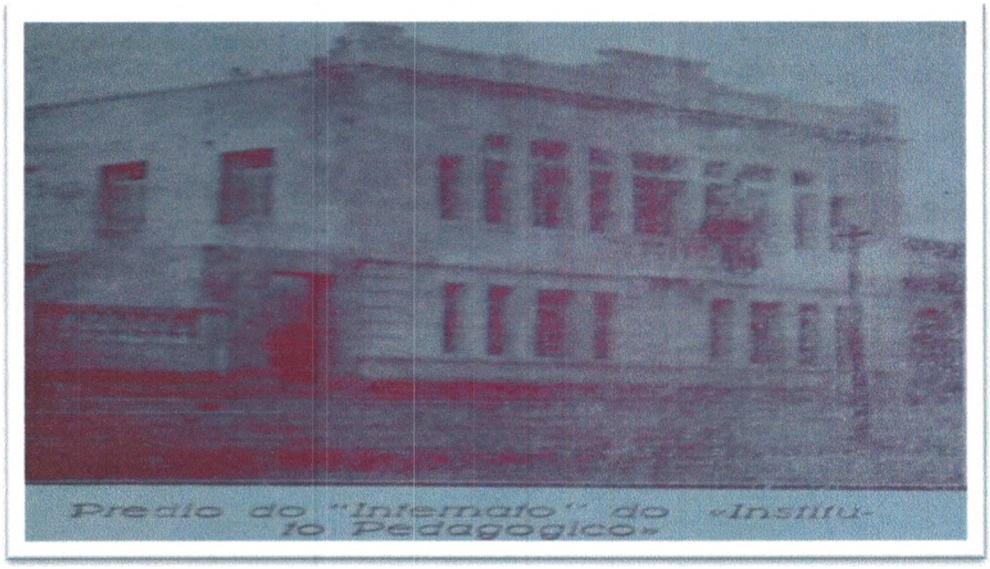
[2] "*Instituto Pedagógico:* Estabelecimento de ensino primário, secundário, normal, comercial e de Instrução Militar. Mantem, ainda, outros cursos profissionais de imprescindível necessidade para vida pública". [sic]. (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº1, p.32).

[3] A *Revista Evolução,* publicada pela direção do Instituto Pedagógico Campinense, foi nossa direcionadora para a escrita dessa monografia. Seu acervo se encontra localizada na biblioteca Atila de Almeida, da UEPB, e se encontra digitalizada, catalogada e transcrita, o que facilita a realização de futuros trabalhos. A revista foi produzida pelos professores e alunos desse Instituto durante os anos de 1931 até 1932, ano que essa Revista deixa de circular e em seu lugar é criado o Evolução Jornal, que segue os mesmos propósitos em divulgar fatos da história local e da própria instituição de Ensino.

[4] Para maiores informações a respeito da história do Instituto Pedagógico Campinense e seu criador, o Tenente Alfredo Dantas Correa de Góis, consultar o livro "Memórias de Campina Grande" do memorialista Ronaldo Dinoá. DINOÁ, Ronaldo. *Memórias de Campina Grande.* 2º Volume. Campina Grande – PB.

[5] O Colégio Alfredo Dantas é um dos espaços educacionais mais tradicionais de Campina Grande, criado no ano de 1919, pelo Tenente Alfredo Dantas Correa de Góes. Hoje é considerada a mais antiga escola da cidade em atividade.

Figura 1 – Instituto Pedagógico Campinense na década de 1930.



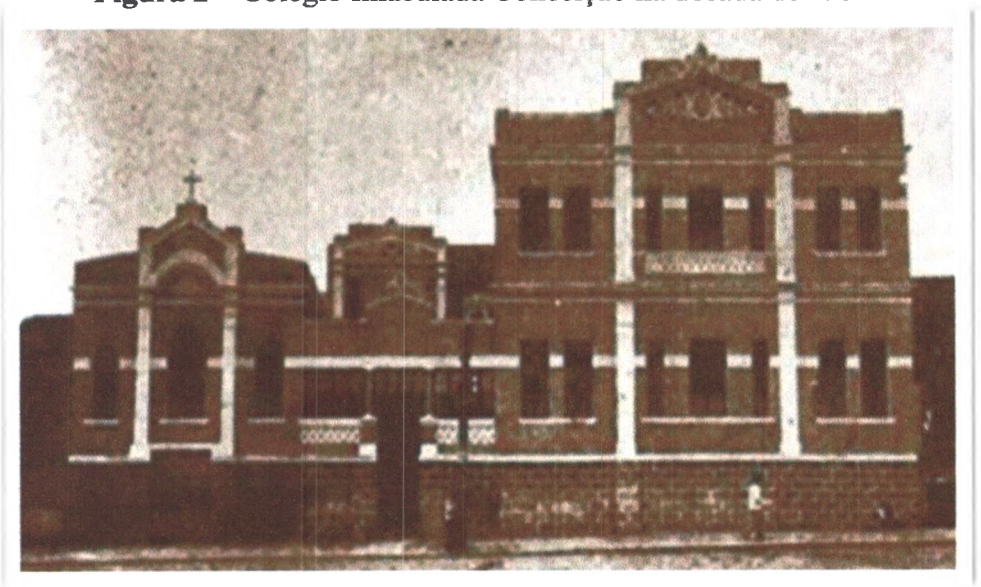
Fonte: Revista Evolução (1931, p. 7).

O recorte espacial e temporal da pesquisa corresponde à década de 1930, pois é nesse período que vários espaços educacionais se destacam, instituindo novas formas para pensar a educação na cidade. E é nessa época que o já consolidado Instituto Pedagógico Campinense se distingue, por possuir uma preocupação em educar os discentes em preceitos laicos. Essa preocupação pode ser compreendida como uma estratégia de "defesa" para "combater" as instituições de ensino de cunho religioso que chegaram no início da década de 30 do século XX, é também nesse período que começa a circular em Campina Grande a Revista Evolução (1931-1932), que é considerada um dos principais meios de comunicação desse estabelecimento de ensino, usado como uma forma de divulgar os trabalhos acadêmicos dos discentes e docentes, eventos sociais e cursos oferecidos da referida instituição, na qual destacamos os textos "Escola Leiga" e "Sapadores versus Evolução". Nesse último texto, é possível observar as pretensões da revista em veicular um discurso voltado para defesa do ensino laico, como uma necessidade urgente naquele período: "A influência sectária do meio, armou a sua tenda: - a animosidade contra o ensino *laico*, prescrito pela constituição da Republica, se estabeleceu e os infratores desta se multiplicaram: - a adversidade e os *disse me disse*, predominaram o ambiente." [sic]. (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, p.8, grifo do autor).

Nessa época, também ocorrem mudanças no modelo de educação na cidade, a partir das inaugurações dos colégios particulares ligado a ordens religiosas. A primeira escola de

ordem religiosa fundada na cidade foi o *Colégio Imaculada Conceição*[6], no mês de março de 1932, como observada na Figura 2.

Figura 2 – Colégio Imaculada Conceição na década de 1930



Fonte: Retalhos históricos de Campina Grande[7].

Um mês depois é inaugurado, pelo vigário José Delgado, o *Colégio Diocesano Pio XI*, na Igreja Matriz (hoje Catedral), como mostra a Figura 3. Esses espaços mantinham um ensino baseado em preceitos religiosos, visto que suas criações eram de origem católica cristã, diferindo da proposta pedagógica do Instituto, que possui um diretor de corrente religiosa protestante, considerada na época uma minoria religiosa por defender "o ensino laico nas escolas, o faremos por um principio de liberdade de consciência, por isso que teremos os fatores principais da ordem e do progresso." (REVISTA EVOLUÇÃO, 1932, p.13).

[6] Ver o jornal "Brasil Novo", que no ano de 1931 traz em suas páginas uma nota informando a seus leitores da inauguração do referido colégio: "Inaugura-se amanhã nesta cidade, mais um estabelecimento de ensino denominado "Collégio da Imaculada Conceição". A direção deste educandário está entregue as Damas Christãs, anciosas e competentes religiosas que muitos serviços têm prestado ao ensino no Brasil. O referido Colégio manterá os cursos: INFANTIL, PRIMARIO, PREPARATORIO E SECUNDARIO e aulas de Piano, Pintura, desenho e flores".

[7] Disponível em: http://cgretalhos.blogspot.com.br/2013/09/colegio-das-damas-1948.html#.VUVKXPlViko Acesso em: 21 de Janeiro de 2015.

Figura 3 – Colégio Pio XI na Igreja Matriz

Fonte: Retalhos históricos de Campina Grande[8].

Temos como pressuposto teórico-metodológico, os conceitos elaborados pelo francês Michel Foucault (1979, 2009) acerca da Análise do Discurso, pensando o sujeito constituído por meio das práticas discursivas. E também de Certeau (2012) acerca das práticas cotidianas. As histórias concebidas e vívidas serão analisadas a partir de um lugar social, buscando perceber suas estratégias, táticas, astúcias, burlas e operações do fazer e do saber.

Dessa forma, analisar o discurso dos educadores, discentes, políticos, religiosos e intelectuais ligados, de certa maneira, à educação e as instituições, significa, na ótica de Foucault (2009, p.8-9), em "A Ordem do Discurso", seja ela política, médica ou educacional produzem práticas discursivas "ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade". Assim, disciplinar os discentes em uma educação laica torna-se um dos principais discursos do Instituto Pedagógico Campinense, analisado na Revista Evolução enquanto instituição de ensino, na qual estabelece relações de poder e saber, através de uma prática discursiva que projeta a liberdade de consciência e de credo na primeira metade do século XX. Essas razões de discurso de legitimação de saberes, também são vistas nos estabelecimentos de ensino religioso em Campina Grande.

Ao analisar as práticas discursivas de uma época, deve-se atentar para o fato, segundo Albuquerque Junior (2011, p. 237), de que: "O discurso não é transparente, não é uma lente

[8] Disponível em: http://cgretalhos.blogspot.com.br/2011/08/memoria-educacional-o-pio-xi.html#.VSdKiPnF9vA acesso em: 21 de Janeiro de 2015.

ou um espelho através do qual vemos o que está fora ou para além dele simplesmente". Dessa forma, os textos publicados e analisados da Revista Evolução, nos jornais e demais fontes, devem ser investigados atentando para sua intencionalidade, forma, motivação e regras de produção, levando em conta sua relação histórica.

O interesse em pesquisar e escrever sobre a reflexão do discurso sobre Ensino Laico surgiu a partir do ano de 2013, com o meu ingresso no projeto de pesquisa intitulado: *"PIVIC/UFCG (2013-2014): "CONSELHO HIGIÊNICO": SENSIBILIDADES E SABERES ESCOLARES EM CAMPINA GRANDE – PARAÍBA (1920-1940)"*[9], onde constatou-se que era possível realizar uma pesquisa da história do Ensino Laico em Campina Grande na primeira metade do século XX. Com o avançar das pesquisas nos arquivos públicos da Paraíba, percebeu-se a inexistência de publicações e pesquisas sobre esse tema na cidade. Com isso, a documentação consultada mostrou-se vasta, abrindo a possibilidade de se escrever à história desse saber escolar.

E, além disso, tenho o interesse de estudar história das religiões e, com a oportunidade de participar desse projeto da área de História da Educação, me deparei com essas problemáticas. O começo da pesquisa resultou na escrita e publicação de um artigo[10], onde percebeu-se uma emergência de discursos na sociedade campinense na década de 30 do século XX, refletindo discussões na defesa do ensino laico no Instituto Pedagógico e também o ensino religioso[11], observado nas instituições de ordem religiosa, a exemplo do Colégio Imaculada Conceição - Damas - e do Colégio Diocesano Pio XI.

Campina Grande, assim como todo o país na primeira metade do século XX, passava por mudanças e transformações, onde o cenário urbano e o cotidiano social sofrem profundas alterações para adequar as novas exigências da modernidade. Na economia, a cidade se evidênciava por centralizar o comércio do interior, servindo também como ponto estratégico

---

[9] Esta monografia surgiu enquanto resultado do projeto de pesquisa, *"PIVIC /UFCG (2013-2014): "CONSELHO HIGIÊNICO": SENSIBILIDADES E SABERES ESCOLARES EM CAMPINA GRANDE – PARAÍBA (1920-1940)"*, cujo objetivo é de investigar a construção do corpo educado, disciplinado e obediente a códigos prescritos por autoridades políticas, religiosas, jurídicas e educacionais dos estudantes nos espaços de educação[9] da cidade de Campina Grande-PB entre os anos de 1920 a 1940, através da análise dos discursos cívicos, patrióticos, religiosos, militaristas e pedagógicos divulgados na época.

[10] Ver: COSTA, A. P. *A defesa da escola leiga pelo instituto pedagógico campinense (1919-1932).* In: III Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, 2013, Caicó. III Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, 2013. p. 86-99.

[11] Para mais informações, ver: FRANCA, Leonel. *Ensino religioso e ensino leigo; aspectos pedagógicos, sociais e jurídicos.* Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1931. Ver SILVA, R. N. *A Igreja é uma Escola, ou como o Internato se tece: culturas instrucionais de confinamento e as Damas da Instrução Cristã-1891-1937.* João Pessoa, PB: Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba, 2012 (Tese de Doutorado).

dos Tropeiros[12], que circulavam por toda região Nordeste. Além disso, Campina Grande destacava-se mundialmente por possuir uma produção algodoeira para exportação bastante forte até os anos de 1930, impulsionada com a inauguração do trem em 2 de Outubro de 1907, que possibilitava o escoamento das mercadorias com mais agilidade pela região, porém, não somente de aspectos econômicos se movia o trem, pois "a importância que as estações de trem assumem, na vida cotidiana local, como espaços nos quais, e através dos quais, as comunicações adquirem feições modernas [...] com a entrega rápida da correspondência e de jornais por assinatura." (ARANHA, 2006, p.75).

Segundo Nascimento (1997), nesse período o Estado Moderno começa a se introduzir na esfera pública e privada da população paraibana "através do estabelecimento de normas que visavam adaptá-la as novas demandas sociais, como por exemplo: a cobrança de impostos, a higienização, a urbanização, o controle de doenças, o combate ao 'banditismo', a construção de escolas dentre outras medidas". Essas interferências do Estado Moderno não almejavam transformações somente estruturais nos espaços urbanos ou educacionais da cidade, mas também em disciplinar e educar o corpo das crianças e jovens para adaptá-las aos discursos cívicos, patrióticos, militaristas, religiosos e pedagógicos que vigoravam na época.

As mudanças no campo político, econômico, social e educacional evidenciada por ARANHA (2006), NASCIMENTO (1999) e PINHEIRO (2001), acarretou na cidade uma nova maneira de se pensar a educação. Dessa forma, percebe-se o surgimento de algumas práticas pedagógicas que passaram a fazer parte do currículo escolar de algumas instituições educadoras, como: educação física e higiênica, o ensino comercial, doméstico e militar baseado em preceitos de uma Educação Laica, sendo que no Instituto Pedagógico Campinense, essas práticas tinham por objetivo a "pedagogização" dos corpos em higienizar, corrigir, criar consciências sem preconceitos de credos, a partir de saberes discursivos cotidianos. A documentação referente ao Ensino Laico na época aponta que o ensino dessa pratica escolar significava o caminho mais fácil para uma cidade e educação moderna.

A análise das fontes propiciou leituras que dizem respeito à historiografia da Educação Laica, pensando também no movimento renovador da Escola Nova[13] do século XX no Brasil, que pretendia alçar uma educação única, gratuita e laica, aspecto esse notado no Instituto

---

[12] Tropeiros eram condutores de animais com intuito de negociar nas cidades do interior do Brasil.

[13] Ver: MATE, C. H. Tempos Modernos na escola: os anos 30 e a racionalizaçao da educação brasileira. 1ª. ed. Bauru: EDUSC, 2002. v. 1. 180p. Ver LOURENÇO FILHO, M. B. Introdução *ao estudo da* Escola Nova. 8. ed. São Paulo: 1963. Ver MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo (1932). In: Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf> Acessado em 16/08/2014. Ver: ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 2.ª edição - Petrópolis: Vozes, 1980.

Pedagógico Campinense em suas práticas e saberes escolares, na tentativa de suprimir a educação tradicional de ensino centrado no professor e, muitas vezes, ligadas a religião.

Ao referir-se a questão da laicidade educacional na Paraíba, a dissertação de Ramsés Nunes e Silva, "Signal dos Tempos: modernidade, secularização e laicização na Instrução Pública da Parahyba do Norte (1867-1902)", cujo recorte temporal percorre o final do Império e o início da República no Brasil, permite entender como sucedeu o processo de secularização e laicização do ensino na Parahyba do Norte[14]. Conforme Ramsés Silva, a discussão em torno da laicidade educacional ganha corpo na Europa, iniciando o processo da transição entre os pressupostos de uma educação confessional para laica, através da secularização do Estado Moderno. Já em sua tese de mestrado intitulada "A Igreja é uma Escola, ou como o Internato se tece: culturas instrucionais de confinamento e as Damas da Instrução Cristã-1891-1937", Ramsés Silva (2012) vai demonstrar como agia a ordem religiosa das Damas da Instrução Cristã no século XIX e início do XX, possuidora do ensino confessional cristão como elemento primordial de seu discurso, lembrando que essa ordem chega a Campina Grande no ano de 1931, com o Colégio Imaculada Conceição, Damas, para concorrer com as outras instituições de ensino da cidade. Já pensando nacionalmente, segundo HORTA (2012, p. 6), a educação religiosa no Brasil, encabeçada pela Igreja Católica no regime de Vargas, vai atribuir-se de um discurso para "utilizar-se da Igreja como instrumento de legitimação política e inculcação ideológica.".

Em relação à nova tendência educacional da Escola Nova, as práticas e saberes da educação deviam se adequar a modernização de acordo com projetos de intervenção pedagógica e social, não somente nas relações de trabalho, mas também de saúde pública, habitação e estilo de vida, atrelados a uma dimensão social que sofria diversos fatores de reformulações e resistências, ou seja, com "o propósito explícito de *higienizar, civilizar, modernizar,* enfim, preparar camadas da população para novos hábitos de vida e de trabalho." (MATE, 2002, p. 36). Ainda nessa perspectiva de novos projetos para prática pedagógica, segundo a historiadora Cecilia Hanna Mate (2002, p.140), era preciso que a *Escola Tradicional,* "baseada no 'interesse de classe', e a disciplina exterior devesse ser substituída pela *Escola Nova*, pedagogia pela qual a aquisição da disciplina interior (*autodisciplina*) seria obtida pela organização do ambiente pedagógico".

Já a presença do *Escolanovismo* na Paraíba é notada por Kulesza (2002) como um projeto educacional que foi alvo de legitimação na primeira metade do século XX,

[14] "Parahyba" foi o nome dado a Capital da Paraíba até o ano de 1930.

principalmente, incentivada pelo *escolanovista* paraibano José Baptista de Mello, na época, Diretor do Ensino Primário do Estado, que alegava que a "escola tradicional vai aos poucos, sofrendo os influxos dos novos processos pedagógicos, de modo a garantir melhor educação ao nosso povo." (KULESZA, W.A., 2002, p. 117 *apud* MELLO, 1996:95)

Portanto, busca-se problematizar as mudanças e transformações da história dos discursos sobre Ensino Laico, bem como os ideais *escolanovista* na formação de homens e mulheres, seguindo as normas modernizadoras das práticas e saberes escolares na cidade de Campina Grande. Analisando as fontes pesquisadas, a *Revista Evolução (1931-1932)*[15] aparece como uma importante fonte de pesquisa para pensar a modernização da educação na cidade. Essa Revista ficou conhecida por trazer em suas páginas diversos assuntos relacionados à história de Campina Grande e cidades circunvizinhas, além de noticiar fatos e propagandas que tinham como tema o próprio Instituto Pedagógico Campinense. Segundo o historiador campinense Josemir Camilo de Melo (2011): "Em 1931, portanto, brindava a cidade com mais um serviço de comunicação e sociabilidade, a *Revista Evolução*, cujo primeiro número saiu em setembro daquele ano". Outra característica da revista é a forma como a mesma homenageia em suas capas[16] pessoas consideradas ilustres[17] da cena estadual como, por exemplo, o criador do Instituto Pedagógico Campinense, o Ten. Alfredo Dantas, e nacionalmente, o Presidente Getúlio Vargas.

Esse periódico possuía um discurso com narrativas embasadas nas práticas cotidianas do referido Instituto, a partir de um lugar social de poder e saber, através das publicações dos artigos na "Revista Evolução". Dessa forma, segundo Fischer (2001), utilizando-se de Foucault

> Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: **de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão "vivas" nos discursos.** Por exemplo, analisar textos oficiais sobre educação infantil, nessa perspectiva, significará antes de tudo, tentar escapar da fácil interpretação daquilo que estaria "por trás" dos documentos, procurando explorar ao máximo os materiais, na medida em que eles são uma produção histórica, política; na medida em que as palavras são também construções;

---

[15] No primeiro número da *Revista Evolução* aparece uma nota dos redatores com o título "A Nossa Revista", que diz o seguinte: Sendo a "Evolução" o reflexo pedagógico do Instituto Pedagógico e Escola Normal "João Pessoa", sob a direção do espírito do grande combatente que é o Tenente Alfredo Dantas, pela causa da educação da mocidade campinense, todavia não se restringe a veicular ideia e fatos de seu exclusivo interesse. A sua finalidade é mais nobre agremiar inteligências cultas no intuito de coordenar esforços no apiário das letras. (EVOLUÇÃO, nº1, p.9, 1932).

[16] A Revista Evolução foi produzida em oito exemplares, sendo que os últimos se encontram em apenas um único numero: o 8 e o 9.

[17] Outros homenageados: Antenor Navarro, João Pessoa, ex-governador do estado, o professor Clementino Procópio, o prefeito Lafaete Cavalcante, Dr. Arlindo Correia até então diretor do posto de higiene e profilaxia rural de Campina Grande, Dr. Severino Cruz diretor de higiene municipal, Heronides Mathias de Oliveira professora normalista da "Escola Normal João Pessoa" anexada ao Instituto Pedagógico e o professor José Batista de Melo diretor de ensino primário da Paraíba.

> na medida em que a linguagem também é constitutiva de práticas. (FISCHER, 2001, p. 198-199, grifos nossos)

É a partir dessas relações históricas que o Instituto Pedagógico Campinense utilizou o discurso sobre o Ensino Laico, em voga no país desde o final do século XIX, para levar aos discentes e a população local os propósitos positivos dessa prática na educação, pois acreditavam que dessa maneira estavam formando cidadãos íntegros e sem preconceito com a alteridade. No referido período estudado, além do periódico, *Revista Evolução*, os discursos jornalísticos também foram um meio encontrado para divulgar e legitimar as discussões sobre o ensino laico e religioso na cidade de Campina Grande, trazendo notícias da capital do país e de outras regiões do Estado da Paraíba, como exemplo, o *Jornal Comércio de Campina* (1932), na época dirigido por Alfredo Dantas e pelo professor Manoel de Almeida Barreto, que possuía um caráter noticioso, principalmente de interesses do IPC. Em 19 de Março de 1932 sai sua primeira publicação, na qual possuímos até o número 38 de 17 de Dezembro do mesmo ano. Além desse, temos catalogados os jornais Brasil Novo (1931-1932), A União (1930-1940), Voz da Borborema (1938-1940) e Evolução-Jornal (1934).

A área que esse TCC se insere é a História da Educação de Campina Grande, resaltando que a principal motivação em tal área de pesquisa se diz respeito às mudanças dos ensinos, à modernização campinense como marco para a imposição de um novo comportamento, de uma nova disciplinarização das crianças e jovens do passado. Quanto ao tipo, esta pesquisa é documental e exploratória, visto que se utiliza das instituições de ensino, de documentos de revistas, jornais, leis e decretos como objeto de estudo, onde estes foram analisados enquanto espaços produtores de práticas normativas, focando nos saberes escolares e nas discussões produzidas pelos sujeitos no cotidiano escolar e da cidade. Dessa forma, esse trabalho busca identificar os discursos com suas intencionalidades sobre a escola, os docentes, discentes, as tendências pedagógicas, o lugar social e a modernização em Campina Grande, bem como esta influenciou na educação e nos comportamentos das crianças e jovens campinenses do passado.

A problemática analisa como os discursos sobre o Ensino Laico produziram um efeito educacional em Campina Grande, a partir do Instituto Pedagógico Campinense na década de 1930, pensando nas mudanças ocorridas no cotidiano escolar e na cidade, buscando respostas para os seguintes questionamentos: Como sucedeu o processo da Educação Laica e da Escola Nova no Brasil e no Estado da Paraíba? Qual a importância da reflexão do ensino laico no cotidiano do Instituto Pedagógico Campinense? Que discussões pedagógicas emergiram nas

instituições de ensino, nos jornais e revistas na cidade de Campina Grande na década de 1930 para a construção de uma pedagogia ideal?

Para compor o título da monografia, epígrafe, capítulos e subtópicos foram retirados alguns fragmentos da Revista Evolução, em especial os artigos "Escola Leiga", publicado em 1931 e "Sapadores versus "Evolução"', do ano de 1932, ambos os artigos representavam as aspirações do IPC em defender o ensino laico.

No capítulo um, intitulado: "ESCOLA LEIGA": A DEFESA DO ENSINO LAICO NO INSTITUTO PEDAGÓGICO CAMPINENSE PELO OLHAR *ESCOLANOVISTA*", analisa-se os discursos do Instituto Pedagógico Campinense, refletindo a ideia de um ensino laico na perspectiva da Escola Nova.

No capítulo dois: "DISCUSSÕES EDUCACIONAIS ENTRE OS EDUCANDÁRIOS CAMPINENSES: A CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA IDEAL" aborda-se as discussões educacionais sobre o ensino laico e religioso na cidade de Campina Grande-PB na década de 1930, nos espaços escolares da cidade e nos meios de comunicação da época.

Agora convido o leitor a conhecer esse trabalho para que possa refletir sobre as reflexões da História da Educação em Campina Grande-PB, na década de 1930, em especial no Instituto Pedagógico Campinense com seus discursos na defesa de um ensino laico.

instituições de ensino, nos jornais e revistas na cidade de Campina Grande na década de 1930 para a construção de uma pedagogia ideal?

Para compor o título da monografia, epígrafe, capítulos e subtópicos foram retirados alguns fragmentos da Revista Evolução, em especial os artigos "Escola Leiga", publicado em 1931 e "Sapadores versus "Evolução"', do ano de 1932, ambos os artigos representavam as aspirações do IPC em defender o ensino laico.

No capítulo um, intitulado: "ESCOLA LEIGA": A DEFESA DO ENSINO LAICO NO INSTITUTO PEDAGÓGICO CAMPINENSE PELO OLHAR *ESCOLANOVISTA*", analisa-se os discursos do Instituto Pedagógico Campinense, refletindo a ideia de um ensino laico na perspectiva da Escola Nova.

No capítulo dois: "DISCUSSÕES EDUCACIONAIS ENTRE OS EDUCANDÁRIOS CAMPINENSES: A CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA IDEAL" aborda-se as discussões educacionais sobre o ensino laico e religioso na cidade de Campina Grande-PB na década de 1930, nos espaços escolares da cidade e nos meios de comunicação da época.

Agora convido o leitor a conhecer esse trabalho para que possa refletir sobre as reflexões da História da Educação em Campina Grande-PB, na década de 1930, em especial no Instituto Pedagógico Campinense com seus discursos na defesa de um ensino laico.

1 - "ESCOLA LEIGA": A DEFESA DO ENSINO LAICO NO INSTITUTO PEDAGÓGICO CAMPINENSE PELO OLHAR ESCOLANOVISTA

Esse capítulo busca analisar os aspectos pertinentes às discussões pautadas no Brasil sobre uma educação Laica na perspectiva da tendência educacional renovadora da Escola Nova, dois movimentos que não podem ser estudados separadamente, pois suas prerrogativas surgem de forma mais contundente, interligadas no contexto educacional do Brasil nas décadas de 20 e 30 do século XX. Segundo a documentação pesquisada, o ensino laico e sua defesa pelo Instituto Pedagógico Campinense, que foi uma instituição que se dizia laica e, ao mesmo tempo, possuía o discurso *escolanovista* em voga nesse período, que de certa forma, almejavam essa laicidade educacional como um dos seus princípios importantes para construir cotidianamente um ensino mais tolerante.

1.1 Alguns aspectos da Educação Laica no Brasil República

As raízes da educação brasileira remontam a época da colonização, atrelando-se, de forma bastante forte, a religião, com os ensinamentos através dos princípios moralizadores da doutrina católica, transmitidos, principalmente, pelos jesuítas[18], que eram considerados o marco inicial do ideário pedagógico do país onde possuíam uma dupla função, "eram os professores e catequizadores". (RANQUETAT, 2007, p. 164).

A partir das transformações políticas, sociais e econômicas, o processo de secularização/laicização se sucedeu de uma longa construção histórica na sociedade francesa, principalmente a partir de pensadores do período da Revolução Francesa[19], que possuíam o intuito de separar as religiões do aparato do Estado, a exemplo de Nicolas de Condorcet, considerado, segundo Xavier e Tambara (2012, p. 2) "o autor base dos dois primeiros

[18] "Os sacerdotes jesuítas chegaram ao Brasil com o primeiro governador-geral da colônia, Tomé de Souza, desembarcando na cidade de Salvador em 1549. Chefiados por Manoel da Nóbrega, os religiosos se deslocaram para o sul, dedicando-se a pregação da fé católica e à educação. É aos jesuítas que historiadores creditam a implantação de um sistema de educação formal no Brasil colônia, ao perceberem que a conversão dos nativos só seria possível se eles tivessem alguns conhecimentos básicos de leitura e escrita". Para saber mais acesse o site: (Disponível em: http://www.santoinacio-rio.com.br/companhia-de-jesus/historia-dos-jesuitas-no-brasil Acessado em: 09/08/2014.)

[19] A Revolução Francesa marcou o fim da Idade Moderna e foi um movimento social e político que ocorreu na França em 1789 e derrubou o Antigo Regime, abrindo o caminho para uma sociedade moderna com a criação do Estado democrático.

projetos[20] de instrução pública do Brasil independente". Para Condorcet, a escola deveria ser laica e não podia ter ensinamentos religiosos, pois "o ensino referente à moral não deveria fazer menção a qualquer religião. Os princípios morais devem ser buscados na razão humana e não em dogmas religiosos, é nela que se busca a justificativa para agir moralmente." (Ibid, p.14).

Porém, esses discursos de secularização penetravam na vida das pessoas lentamente durante os anos. Mircea Eliade (1992, p. 101) em seu livro "O sagrado e o profano: a essência das religiões", analisa a religião como essencial na solução das crises existências do homem durante sua vida na terra, "porque é considerada de origem transcendental e, portanto, valorizada como revelação recebida de um outro mundo, trans humano". Apesar dessa resistência e com essa carga metafísica proveniente da religião, ela não se solidifica mais no mundo como no passado, principalmente a partir dessa dessacralização das crenças religiosas, pois o mundo moderno é secularizado, colocando o

> **Homem moderno a religioso assume uma nova situação existencial: reconhece se como o único sujeito e agente da História e rejeita todo apelo à transcendência.** Em outras palavras, não aceita nenhum modelo de humanidade fora da condição humana, tal como ela se revela nas diversas situações históricas. **O homem faz se a si próprio, e só consegue fazer se completamente na medida em que se dessacraliza e dessacraliza o mundo.** O sagrado é o obstáculo por excelência à sua liberdade. O homem só se tornará ele próprio quando estiver radicalmente desmistificado. Só será verdadeiramente livre quando tiver matado o último Deus. (ELIADE, 1992, p. 97-98, grifos nossos).

Nessa perspectiva *dessacralizante,* a partir da negação do sobrenatural e a inevitável onda do "homem moderno a religioso", viu-se ganhar força no Brasil, em meados dos séculos XIX e início do XX, ainda no período do Império e já nos primeiros momentos da República, o discurso se torna institucionalizado, porém os setores conservadores do país tentam impedir esses discursos a partir das instituições de poder e saber, principalmente por uma ótica religiosa. Dessa forma, no Brasil Republicano o cenário começa a mudar, provocando transformações, não somente nas estruturas políticas, mas também no sistema educacional brasileiro, culminando com um novo discurso a respeito de novas políticas educacionais na primeira metade do século XX, esse movimento é chamado de "Escola Nova", na qual veremos adiante.

---

[20] "O primeiro é a Memória de Martim Francisco R. d'Andradas Machado, apresentada à Comissão de Instrução Pública durante os trabalhos da primeira Assembléia Nacional Constituinte e Legislativa de 1823. O segundo é o projeto de lei sobre instrução pública de Januário da Cunha Barbosa, apresentado na sessão de 16 de julho de 1826, do Parlamento Brasileiro." (XAVIER; TAMBARA, 2012, p.2)

Nos primeiros momentos da República, a educação no Brasil, no víeis oficial, passou por uma grande mudança nas escolas primárias a partir da Reforma de Benjamin Constant, em 1890. O mesmo ficou com a incumbência de planejar as questões educacionais, focando na gratuidade, liberdade e na laicidade do ensino, ou seja, formar uma educação afastada de conteúdos religiosos e de seus agentes, principalmente do clero e a igreja. (PALMA FILHO, 2010, p. 2). Então, o ensino religioso nas escolas públicas passou por várias reformas e foi palco muitas discussões nas instâncias educacionais, políticas e religiosas.

Segundo Ranquetat:

> **O ensino religioso nas escolas públicas é uma constante na história brasileira,** com exceção do período que vai do Decreto 119-A, de 7 de Janeiro de 1890, de autoria de Rui Barbosa, que oficializa a separação entre igreja e Estado até o Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931, que reintroduz o ensino religioso nas escolas publicas, ele sempre esteve presente nas Constituições Federais e na prática escolar. (RANQUETAT, 2007, p. 163, grifo nosso).

Essa constante citada por Ranquetat sobre o ensino religioso na história do Brasil, não é derivada somente de aspectos do cotidiano escolar, também passa pela vida privada e pública dos brasileiros com a chegada de novos discursos, no caso, o da laicidade, trazendo princípios de liberdade até então pouco praticado, mas ainda velado em perspectivas moralizadoras. E isso também vai permeando o discurso político do país, principalmente com a proclamação da República e a expedição do Decreto n.º 119-A, de 7 de janeiro de 1890, elaborado por Rui Barbosa e subscrito pelo então presidente Marechal Deodoro da Fonseca, onde ficou proibido o estabelecimento de qualquer religião oficial por parte dos entes públicos; vedou-se também o tratamento diferenciado, por motivos de crença religiosa, entre os habitantes do país; paralelamente, foi reconhecida a liberdade de culto, tanto individual quanto coletivo; foi também registrado o reconhecimento da personalidade jurídica de todas as igrejas e confissões religiosas. Tal posicionamento foi alçado ao patamar constitucional, na Carta Magna republicana de 1891, e desde então as Constituições do Brasil têm mantido, em linhas gerais, dispositivos semelhantes.

Assim, o Decreto nº 119-A rompe os laços do Estado com a Igreja, findando o padroado que teve seu auge no Brasil Império.

O Artigo número 4 decreta:

> **Art. 4º** Fica extincto o padroado com todas as suas instituições e prerrogativas.

E, logo após, a primeira Constituição Republicana de 1891 confirmou a separação entre a igreja e o estado, ratificando o decreto 119-A/1890 e garantindo a laicização do ensino nos termos do Artigo 72, parágrafo 6º:

§6º. Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

Com isso, determina-se a plena liberdade de culto e o ensino como "leigo" nas escolas públicas. Nesse período, os conteúdos religiosos foram retirados do currículo para poder caracterizar um ensino público como laico, havendo uma nova modificação somente em 1931, com a reintrodução do ensino religioso no currículo escolar. (CUNHA L.A., 2010).

1.2 As bases históricas do discurso *escolanovista* no Brasil e na Paraíba na década de 1930

Após a Revolução de 1930, o cenário político da República Velha se modifica, colocando em crise o sistema oligárquico, que começa a ganhar outras redefinições com a centralização do Estado, agora sob a tutela autoritária do governo provisório de Getúlio Vargas, modificando também os parâmetros da educação nacional, aproveitando-se da "nova" tendência educacional da Escola Nova, que nas décadas de 20 e 30 do século XX, ganha espaço entre os educadores e intelectuais no Brasil. Segundo Ghiraldelli Jr. (1990), essa tendência pedagógica foi abraçada pela intelectualidade brasileira pela influência norte-americana adquirida após a Primeira Guerra Mundial, no qual foi além do campo financeiro, acoplando também o campo educacional com a figura do professor norte-americano John Dewey[21], que inspirou gerações de educadores brasileiros com seu *pragmatismo deweyano*. "A nova geração experimenta a nostalgia da acção rhytmada pelo pragmatismo de James, Shiller e Dewey que prestam culto à accção." [sic] (BRASIL NOVO, 1931. p.3).

Durante a primeira metade do século XX esse movimento, ou tendência renovadora, ganha força com a pretensão de renovar o sistema educacional do Brasil. A Escola Nova foi inserida no país em 1882, por Ruy Barbosa, sendo mais expressivo nos anos 20 do século XX, com reformas concentradas em alguns Estados da federação, discutidas e institucionalizadas por educadores, a exemplo de Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Na

[21] Nasceu nos Estados Unidos em 1859 e faleceu em 1952. Em 1884 inicia vida acadêmica na Universidade de Michigan, estudou as ideias do filosofo Willian James, levando em direção ao Pragmatismo. Propôs uma educação experimental, onde a problemática lançada pelo professor deve ser repensada na medida de suas capacidades gerando um pensamento reflexivo tanto no educador como nos estudantes de forma ativa.

década de 30, ainda no Governo Provisório de Getúlio Vargas, a partir de um grupo de intelectuais formado por 25 signatários[22], lança-se em 1932 "O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", redigidos por Fernando de Azevedo, no qual possuía o objetivo de reconstruir o sistema educacional do país, apontando diretrizes para uma nova política educacional, pensada agora em nível nacional. Segundo Ghiraldelli (1990), esse manifesto foi apresentado na "IV Conferência Nacional da Educação" e serviu como marco acentuado na divisão entre os liberais e católicos, assinado por vários signatários brasileiros, na qual defendiam a universalização da escola pública, a gratuidade e a laicidade educacional.

Em relação à Paraíba do século XX, após a Revolução de 1930 houve significativas mudanças nas tramas políticas locais, ainda no período do governo provisório de Vargas. Desta forma, com o falecimento de João Pessoa, o governo do Estado passa a ser administrado pelo interventor José Américo de Almeida, "posteriormente substituído por Antenor Navarro em virtude de sua posse no Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP) do governo de Vargas." (SILVA, 2014, p. 524).

É nesse período que ocorre o fortalecimento do *americismo*[23], movimento que acarretou em mudanças na educação. Segundo Kulesza (2001), Antenor Navarro possuía uma grande preocupação com as questões educacionais sob a tutela paternalista do estado varguista, elencando a nova lógica racionalista e modernizadora que passava o país na necessidade de qualificar a mão-de-obra para a nova indústria que chegou ao país pelo estado moderno republicano. Essa conjuntura político-educacional da Paraíba, convergiu-se para um cenário de inserção das novas ideias educacionais, grandes nomes se destacaram nesse período, entre eles, um nome que foi um divisor no sistema educacional paraibano na referida

[22] São eles: "Fernando de Azevedo, Afranio Peixoto A. S. Doria, Anisio Spinola Teixeira, M. B. Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessôa, Julio M. Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, F. V. Filho, Paulo Maranhão, Cecilia Meirelles, Edgar S. de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nobrega da Cunha, Paschoal Lemme, Raul Gomes.". Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf> Acessado em 15 de Novembro de 2013.)

[23] Grupo político de José Américo de Almeida, que comandou a política paraibana desde meados dos anos 1930 e teve o seu ápice nos anos 1950 quando Almeida foi eleito governador do Estado. Nomeado por Getúlio para o importante cargo de Ministro da Viação e Obras Públicas, onde ficou até 1934, o intelectual paraibano, alinhado ao tenentismo, abraçou as bandeiras educacionais desse movimento. Aparentemente, os "tenentes civis" que deixou no poder na Paraíba atacaram com vigor no Estado a questão da educação popular. O primeiro interventor, Antenor Navarro, duplicou a matrícula no ensino primário oficial no seu governo de apenas dezesseis meses, encurtado devido à sua morte trágica num acidente de avião em abril de 1932." (KULESZA, W. A, 2001, p.2)

época, o *escolanovista* paraibano José Baptista de Mello[24], que assume o cargo de Diretor do Ensino Primário na gestão do governo de Antenor Navarro.

Sua preocupação com a educação renovada é observado no relatório dirigido à Secretaria do Interior da época:

> É do conhecimento de V. Excia o avanço que vem se operando em todos os ramos de ensino, cujos processos, hoje seguidos, visam dar à escola uma feição mais prática e mais útil.
> A **escola nova**, vitoriosa em toda parte, veio alterar, completamente, o ensino primário, que, atualmente, obedece a uma orientação mais consentânea às necessidades do aluno.
> A **escola tradicional** vai, aos poucos, sofrendo os influxos dos novos processos pedagógicos, de modo a garantir melhor educação ao nosso povo. Assim é que, por toda parte, instalam-se novos tipos de educandários, com feição essencialmente prática, transformando o ambiente escolar em verdadeiros centros de trabalho e de socialização. O aluno vai aprendendo executando. É o artífice, é o homem prático do dia de amanhã. (MELLO, 1956, p.100-101, grifos nossos).

Como defensor do *escolanovismo*, José Baptista de Mello expressou sua vontade de construir, no estado da Paraíba, uma "escola nova" voltada para as aptidões do aluno no meio social, colocando em contrapartida a "escola tradicional", considerando como uma pratica pedagógica ultrapassada para o ambiente escolar agora regido pela lógica racionalizada e modernizadora. Dessa forma, nasceu a necessidade de divulgar essas práticas e saberes escolares pensadas para os estudantes e suas individualidades.

> Muitas das mudanças afirmadas como **novidades pelo "escolanovismo"** nos anos 20 povoaram o imaginário da escola e **eram reproduzidos, como prescrição, nos textos dos relatórios de inspectores e nos preceitos legais**: a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da

[24] José Baptista de Mello nasceu em 22 de dezembro de 1895, na cidade de Teixeira, PB, e faleceu no dia 10 de Setembro de 1973, em João Pessoa. Filho de Juventino Ananias Baptista de Mello e da senhora Elvira Xavier Baptista. Era casado com Dª. Maria Deolinda Cavalcanti. Em 1913 matriculou-se na Escola Normal da Paraíba, recebendo o título de professor normalista em abril de 1917. Exerceu o magistério lecionando em vários colégios importantes, como o Pio X, e a Escola de Aperfeiçoamento de Professores, tendo sido, dessa instituição, professor-fundador. Exerceu, ainda, as funções de Presidente do Montepio do Estado, diretor do Departamento de Estatística e Publicidade e Secretário do Tribunal Regional Eleitoral, proporcionando muitos benefícios à educação do Estado. Em 1935, quando diretor da Instrução Pública, promoveu a reforma do ensino na Paraíba, fundou a imprensa escolar, os clubes agrícolas, as caixas escolares, o cinema educativo, o orfeão escolar e as semanas pedagógicas que se realizavam, anualmente, na capital e em algumas cidades do interior. Criou e dirigiu o jornal *O Educador* e a *Revista do Ensino*, escreveu relatórios, monografias, fez conferências e editou o livro *Evolução do ensino na Paraíba*, em 1936. Publicou, ainda: *Carlos Gomes*; *A Escola Primária*, além de artigos nas Revistas do IHGP, na Revista do Ensino e em diversos órgãos da imprensa local. Era membro da Comissão Estadual Paraibana de Folclore; da Associação Paraibana de Imprensa; do Diretório Regional de Geografia; co-fundador do Instituto São José. Foi Provedor da Santa Casa de Misericórdia, tendo sido reeleito por vários biênios consecutivos. Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano no dia 28 de junho de 1931, exercendo vários cargos na Diretoria. (Revista do IHGP nº. 21, 1975. In: Disponível em: <http://www.ihgp.net/memorial8.htm#CADEIRA> Acessado em: 14 de Junho de 2014).

> escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno. (VIDAL, 2003, p. 497, grifos nossos)

Tendo essa necessidade, segundo Vidal, de reproduzir as "novidades trazidas pelo "escolanovismo"", o então Diretor do ensino Primário, o educador José Baptista de Mello, segundo Carvalho (2002, p.4), cria pelo "dec. de 8 de junho de 1932 a *Revista do Ensino,* visando informar aos professores do interior o que esse processa nos centros adiantados, em assuntos de educação". Além dessas prerrogativas informativas, a revista também divulga os assuntos relativos à educação pedagógica proposta pelo movimento da Escola Nova.

1.3 "O AMBIENTE ESCOLAR DEVE MANTER UMA TEMPERATURA IGUAL": por uma escola laica no Instituto Pedagógico Campinense, pelo olhar da revista Evolução

Para entendermos melhor essa configuração da Escola Nova no Brasil, segundo Vidal (2006), devemos pensar o seu estudo por três dimensões: pedagógica, política e de finalidade ou filosófica. Assim, utilizando de Foucault (1979, p.21), essas dimensões podem ser vistas pela relação de poder que se estabelecia entres as instituições da época para ditar suas posições, muitas vezes conflituosas, na produção de sujeitos disciplinados, pois "não há relação de poder sem constituição de um campo do saber, como também reciprocamente, todo saber constitui relações de poder".

Analisando essas dimensões propostas por Vidal em suas ações no aspecto *pedagógico*, o *escolanovismo* busca destoar da escola tradicional, possuidora de um ensino marcado pelo verbalismo e a memorização, colocando o educando na posição de sujeito passivo na questão de adquirir o conhecimento tido como absoluto. Enquanto na escola ativa ou nova esse conhecimento é colocado de forma mútua a partir das trocas de saberes entre os educadores e educandos. Já a dimensão *política* desse movimento renovador no Brasil é bastante diferente dos outros países. Os nossos intelectuais abraçaram essa causa, mas de forma institucionalizada, ou seja, o estado brasileiro estava ligado diretamente à escolarização da educação, pensada principalmente na década de 30 do século XX, como já citado anteriormente no período varguista. E, por fim, a dimensão de *finalidades ou filosófica* que compreende o momento que evidência as transformações que modificaria a forma de como o novo modelo educacional *escolanovista* ia enfrentar resistências dos setores religiosos, em

especial os católicos, principalmente a partir de 1932 com a publicação do "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", que almejava reconstruir o sistema educacional do país apontando uma nova política pedagógica. Entre suas disposições se destaca:

> **A laicidade**, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas.[25] (MANIFESTO, 1932, grifo nosso)

Assim, percebe-se, através da leitura do manifesto, que os preceitos *escolanovistas* coloca a laicidade como alternativa para a boa convivência no cotidiano escolar. Dessa forma, os católicos sentiam-se incomodados por essas diretrizes laicistas, no qual podiam subverter um conjunto de valores morais e éticos colocados anteriormente, gerando desconfortos entre os defensores da educação religiosa e laica. Outras prerrogativas abriram espaço para um debate nacional, e a Campina Grande da primeira metade do século XX também se inseriu nesse contexto, através das suas instituições de ensino, no caso do Instituto Pedagógico Campinense, na qual

> Defendiam uma Escola que ensinasse os estudantes às disciplinas como Música, Desenho, Ginástica... formavam os caracteres dos alunos e os auxiliava nas outras disciplinas. Esse corpo docente publicará na Revista Evolução textos que demonstram **o apoio ao Estado Novo e a um modelo de Escola Nova, o Escolanovismo.** Textos como "educação feminina", "ensino de educação física", "A importância dos pais na educação dos filhos", "Escola Nova", "Escola Leiga" entre outros **onde defendiam um modelo de ensino Dinâmico, atualizado e livre de credos religiosos.** (BRASIL et al., 2012, p. 9, grifos nossos)

O Instituto Pedagógico Campinense pode ser considerado um estabelecimento de ensino que buscava adotar o modelo pedagógico dinâmico de modernidade almejado pelos educadores da Escola Nova, por possuir um referencial de espaço físico "remobiliado, dotado de mobiliário escolar, material didático e pedagógico [...] adaptado às condições higiênicas e pedagógicas" (REVISTA EVOLUÇÃO, nº 1, 1931, p. 7). Além destes pressupostos, o instituto contava com presença de um corpo médico, que cuidavam da saúde e hábitos dos alunos, e oficiais do exército, que ajudavam a disciplinar e controlar, fazendo do instituto uma escola necessária para os novos rumos que a cidade tomava, elevando, assim, o nível do Instituto diante da sociedade.

---

[25] Para mais informações ver em: *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).* (Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf> Acessado em 15 de Novembro de 2013.)

Além de possuir, um ambiente escolar higienizado também era possuidor de um corpo médico preocupado com os pressupostos da higienização, como analisa o Dr. Paulo Galvão em nota no Jornal Comércio de Campina:

> Ao entrar-lhe a primeira sala senti o que havia de ver. O asseio e a ordem em todas as cousas denunciaram-me, de logo, a hygiene e a disciplina a que todo estabelecimento estava sujeito. Foi para mim um verdadeiro contentamento, descobrir nas salas de aulas a perfeita disposição do mobiliário, consentânea com as regras da Hygiene Escolar; o aproveitamento da luz natural numa iluminação perfeita a orientação dos salões satisfazendo as necessidades para uma boa aeração. Isto, no tocante a parte material. (COMÉRCIO DE CAMPINA, 29 de outubro de 1932)

Segundo Santos (2013), essa disposição em praticar as regras da "Hygiene Escolar" podia ser observada através da disciplina de "Gymnastica", mais conhecido hoje em dia como Educação Física. Nessas aulas, ensinava-se sobre higiene e bom comportamento dos estudantes, também ocorria à prática de exercícios militares, principalmente para os meninos, pois o teor militar do Instituto era bem recebido pela sociedade campinense, com professores de formação militar, inclusive o seu diretor, que era Tenente reformado do exército.

Lourenço Filho, um dos defensores *escolanovista,* em sua obra "Introdução ao Estudo da Escola Nova" (1963, p.18), diz que esse movimento de renovação das práticas escolares reajustou as bases da escola no sentindo amplo, trazendo uma revisão dos métodos considerados *tradicionalista*, para melhorar a elaboração do "desenvolvimento individual de capacidades e aptidões". Esse desenvolvimento era possível a partir dos estudos do pensamento educacional relacionados à biologia e psicologia, que deveria possuir um forte elo com o meio social. Usando como exemplo dessa necessidade de parâmetros científicos na formação educacional dos alunos, Lourenço (Ibid, p. 19) exemplifica que "o crescimento normal e a defesa da saúde na infância estão estreitamente ligadas a condições de nutrição e habitação".

E isto está em consonância com artigo vinculado na Revista Evolução, na participação dos pais na educação dos seus filhos, observando os critérios da *biologização*: "O professor tem o dever de investigar e estudar as condições físicas e psicológicas dos seus alunos [...] é preciso que os pais forneçam os elementos esclarecedores preciso ao mestre." (REVISTA EVOLUÇÃO, nº 1, p. 19). Dessa forma, também é observado que a convivência em um lar bem estruturado pode ser considerado como um fator preponderante na formação dos alunos, ficando imprescindível o papel dos pais na formação educacional dos seus filhos. "É no lar

que se dá começo a formação dos caracteres [...] Os pais devem auxiliar os professores nesta tão árdua, quão espinhosa missão." (Ibid, p. 19).

Alguns educadores da época, a exemplo da professora campinense Apolônia Amorim, irmã da normalista Fransciquinha Amorim, que lecionava no Instituto Pedagógico e era, segundo o historiador Josemir Camilo (2011), uma das defensoras de algumas práticas pedagógicas do ideário da Escola Nova na cidade, trazidas do Rio de Janeiro, local de grande confluência das normas e diretrizes educacionais.[26] Infelizmente, Apolônia não deixou trabalhos escritos, "apenas informações genéricas acerca da época em que viveu e da sua participação política em movimentos feministas na Paraíba nos anos de 1930." (BÉLENS, 2011, p.3).

Com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (MNESP) em 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, com sede no Rio de Janeiro, ainda capital do Brasil até 1960, por ser uma cidade de grande confluência dos discursos educacionais, foi observado que essa sistematização ministerial colocou a educação do país de forma mais crítica com a criação de diretrizes e normas, porém, muitas vezes, o cenário era composto por embates de ideias que não ficavam restritos somente na capital do país, mas no âmbito nacional entre os diversos setores da sociedade, sempre lançando olhares com os ideais do movimento da Escola Nova.

Como exemplo dessas discussões educacionais, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) contém trechos defendendo uma educação laica. Uma de suas principais signatárias, a poetisa e professora Cecilia Meirelles, foi defensora dos princípios da escola nova, pensando principalmente no que diz respeito à laicidade educacional.

> **Cecília Meireles era considerada uma das principais representantes da escola moderna.** Era, também, uma insistente "fiscalizadora" dos atos do Ministro Francisco Campos e o pressionava quanto podia, em busca de mudanças educacionais que favorecessem a população. O Ministro procurou atender à Igreja. Sancionou o ensino religioso facultativo, com o dec. no. 19.941 de 30/04/1931 que restabelecia o ensino religioso nos níveis primário, secundário e normal. (GARCIA, 2012, p.3, grifo nosso)

Essa representação que a poetisa Cecilia Meireles possuía da "escola moderna" laica, encontra pilares nos saberes escolares explorados no IPC, a partir de um discurso defendendo o ensino "leigo" ou laico, considerando como um dos princípios norteadores para uma boa

[26]Para ver mais: *A educação feminina nos anos 30.* (Disponível em <http://paraibaonline.com.br/colunista/camilo/201-a-educacao-feminina-nos-anos-30-.html> Acessado em 17/01/2015.)

convivência no cotidiano escolar, corroborando também em seu discurso uma nova proposta educacional, chamada de Escola Nova, Escola Ativa ou Pedagogia Nova, discutido anteriormente. Diante disso, esse educandário se destacava entre as outras instituições de ensino da cidade de Campina Grande, além de oferecer aos discentes uma diversidade de cursos disponível em sua grade curricular, tais como: o ensino "Comercial", "Militar", "Gymnastica", "Doméstico" e também o Ensino "Leigo", que tinha por finalidade "aproximar os homens pelo respeito mútuo, sem distinção de raças, nacionalidade, dogmas sociais e religiosos." (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 2, p. 5).

Para o Anuário de Campina Grande, publicado em 1925, o Instituto já mantinha "internato com hygienicas accommodações." (op. cit., p. 53). E, segundo o redator do Jornal-Evolução, Orlando Santos:

> O Instituto Pedagógico foi instalado nesta cidade em 1919 pelo Tenente reformado do Exercito, Alfredo Dantas Correia de Góis, á rua Barão do Abíai. Desde o início tem internato e, graças ao tenaz esforço do seu incansável diretor, conseguiu galgar a posição de destaque que hoje desfruta no meio local. Mantém 4 cursos: Primário, com matricula de 150 alunos. Admissão, com 23, Normal, equiparado á Escola Oficial, com 72 e comercial (propedêutico fiscalizado pelo Governo Federal), com 64. O total da matricula elevou-se, por tanto, este ano a 309 alunos a cifra muito significativa e que é uma prova frisante do bom conceito que gosa. (EVOLUÇÃO-JORNAL, 1934).

Essa estrutura do Instituto Pedagógico Campinense, citado pelo Jornal-Evolução naquele período, buscava aproximar-se de um processo de ensino/aprendizagem condizente com as diretrizes educacionais em voga naquele período. A partir do conceito formulado por Michel de Certeau (2012) a respeito de estratégia[27], podemos observar como os diretores desse Instituto se relacionavam com esse tipo de metodologia de ensino laico para com seus estudantes, montando estratégias pertinentes a partir de um lugar próprio, capaz de produzir e impor a defesa e a prática desse ensino em seu cotidiano escolar, e, com isso, tentando demonstrar a diversidade de crenças religiosas do nosso país. Salientando que a formação religiosa do fundador e diretor desse Instituto, o Alfredo Dantas, era protestante e compartilhava dessa visão laica. Para confirmar esse posicionamento, o professor Severino Lopez Loureiro, que lecionou nesse estabelecimento no ano de 1941, afirma que,

[27]Para Certeau, estratégia é "o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem geriras relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças [...]" (CERTAU, 2012, p. 93).

oficialmente, Dantas "proibia qualquer discussão religiosa ou política dentro do colégio." (DINOÁ, 1993, p. 262).

A Escola Nova também emerge nesse sentido, para trazer novas estratégias da política educacional, rebatendo os princípios da pedagogia tradicional e discutindo os benefícios de uma Escola Laica. Com isso, a direção do Instituto Pedagógico mostrava-se favorável a esse novo modelo de educação *escolanovista* e laica, exercendo um papel muito forte na construção de uma educação livre de ensinamentos dogmatizados, principalmente pela Igreja Católica, como mostrado nesse trecho do jornal *A união* (1920, p.7): "Religião – O Instituto Pedagógico mantém, em toda sua plenitude, a positiva liberdade de consciência, deixando aos pais, a orientação religiosa dos seus filhos".

A partir da leitura da Revista Evolução, é possível perceber essas aproximações entre os discursos de um ensino laico, deixando para os pais a responsabilidade da religião, e da tendência pedagógica da Escola Nova no Instituto Pedagógico. Salientando que esse periódico, em seus artigos, não obrigava os leitores a seguir religião católica ou evangélica, e nem tão pouco fazia criticas a essas religiões, mas repassava informações da fé cristã de forma informativa, muitas vezes por produções dos próprios estudantes.

Segundo Lima (2012):

> Esta revista foi produzida pelos próprios professores e alunos (as) do Instituto, e apesar de ser produzida pelo corpo docente do Instituto e de trazer nomes e relatos sobre os (as) alunos (as), ela se destinava ao público em geral, ou seja, **ela apresentava problematizações escolares**, permitindo articular elementos a serem transmitidos ou divulgados para o público. Propostas pedagógicas baseadas em ideais republicanos, definindo o modelo do aluno (a), perpassando desde ao currículo dos cursos oferecidos e formação dos docentes seriam elementos presentes nesse modelo de escola e nos textos que a divulgaram para a sociedade. (LIMA, 2012, grifo nosso).

É possível observar diversos saberes e práticas nos discursos pedagógicos, novos ou reformuladas, entre suas publicações a partir de "problematizações escolares", entre elas está inserida, como já dito anteriormente, a percepção metodológica *escolanovista.* Um dos seus artigos, por exemplo, vai defender "A importância dos pais na educação dos filhos", "Escola Nova" e "Escola Leiga" que nos interessa no momento e, entre outros, defendendo um modelo de ensino com dinamismo, atualizado e livre de credos religiosos hostilizam-te. (BRASIL, 2012, p.9).

A Revista Evolução, especificamente o exemplar número dois, de Outubro de 1931, no artigo intitulado "Escola Leiga", traz uma escrita pautada na defesa do ensino laico no "ambiente escolar [que] deve manter uma temperatura igual, uniforme, que não altere, nem

provoque a discórdia entre aqueles que se moldam pelo amor mutuo e pela tolerância." (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, p.5).

Ainda sobre o cotidiano escolar, a revista expõe que

> Não devemos requerer o que nos trouxe a inquisição, os dias nefastos de São Bartolomeu e tantos feios crimes que a historia registra como para nos avisar que não devemos mais competir consciencias contra consciencias, religiões contra religiões, povos contra povos. Levar as religiões para escolas publicas é reconstruir a torre de Babel no seio amoravel e harmônico que deve ser o templo cívico da educação. Ora, a concepção social hodierna é aproximar os homens, pelo respeito mutuo, sem distinção de raças nacionalidades de dogmas sociais e religiosos [sic]. (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, p.5)

Na leitura da revista Evolução vê-se uma tentativa de manter a educação afastada de pressupostos religiosos, para isso, recorrem a fatos históricos para mostrar os perigos da religião quando levada a uma leitura fundamentalista[28] de seus dogmas. Faz-se uma crítica em especial aos Católicos Cristãos, que predominavam na conjuntura política e social da primeira metade do século XX: "A inquisição e o massacre de São Bartolomeu serão o grande exemplo da influência religiosa [...] que não poderiam se observar na construção das mentes dos jovens do século XX." (JERÔNIMO; SANTOS, 2013, p. 7). Portanto, o ensino "leigo" era entendido, pelo Instituto Pedagógico, como um saber escolar possível naquela época em seu cotidiano, pois iria colocar os preconceitos afastados da escola para construir nas mentes dos seus discentes uma consciência de respeito mútuo com a alteridade.

No Brasil e na Paraíba, percebe-se a implementação desses discursos colocados como prática cotidiana, muitas vezes, institucionalizada pelo Estado, objetivando uma educação moderna, obedecendo aos parâmetros do discurso *escolanovista*, no qual observamos diversos adeptos, e defensores da educação laica, a exemplo dos paraibanos Jose Baptista Mello e M. de Almeida Barretto, e do educador brasileiro Lourenço Filho, analisado a partir da ação do IPC, em especial seu diretor, o Alfredo Dantas, que não escondia sua opinião na defesa desse saber. Então, pode-se levar essas considerações da Revista Evolução a respeito da Escola "Leiga" e da Escola Nova como "o reflexo pedagógico do Instituto e da escola normal João Pessoa" (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, p.9).

Salientando que esse periódico, era um grande meio de divulgação na cidade de Campina Grande na década de 30 do século XX e, apesar de editado e produzido pelo próprio

[28] "É o termo usado para se referir à crença na interpretação literal dos livros sagrados. Fundamentalistas são encontrados entre religiosos diversos e pregam que os dogmas de seus livros sagrados sejam seguidos à risca. O termo surgiu no começo do século 20 nos EUA, quando protestantes determinaram que a fé cristã exigia acreditar em tudo que está escrito na Bíblia." Para saber mais: (Disponível em: http://super.abril.com.br/religiao/fundamentalismo-445747.shtml Acessado em 20/02/2015.)

corpo docente e discente do instituto pedagógico, a revista era tida como espaço pedagógico de circulação de ideias não somente da esfera do instituto, mas para o interesse da sociedade em geral, possibilitando nos dias de hoje a nossa compreensão a respeito de sua posição em relação aos novos ou reformulados métodos educacionais da Escola Nova e do Ensino Laico no ambiente escolar.

2 - DISCUSSÕES EDUCACIONAIS ENTRE OS EDUCANDÁRIOS CAMPINENSES: A CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA IDEAL

Neste segundo capítulo, pretende-se analisar os discursos sobre o ensino laico na formação de discussões educacionais que existiram na primeira metade do século XX no Brasil, e em especial, na cidade de Campina Grande - PB, principalmente no cotidiano de suas instituições de ensino, nas revistas e jornais de circulação da época, para compreender suas relações de poder e saber na composição educacional desse período estudado, pois analisar o discurso não é somente buscar os enunciados e seus significados, mas analisá-lo a partir "de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão "vivas" nos discursos." (FISCHER, 2001, p.198-199).

2.1 Os três pilares educacionais da cidade de Campina Grande na década de 1930 e seus projetos pedagógicos

Segundo Pinheiro (2001), no início do século XX alguns segmentos da elite campinense começam a pensar a educação não como modelo de submissão aos interesses do sistema oligárquico, mas com um discurso positivo da modernidade e de transformações urbanísticas oriundas da Europa, impactando no modelo de escola vigente, que era de cadeiras isoladas para construção de grupos escolares para aformosear a cidade e atender a uma "forma de organização escolar mais complexa, atendendo as necessidades impostas pelas mudanças que estavam se processando na sociedade brasileira e paraibana [...] formar novos homens e mulheres - os cidadãos." (PINHEIRO, 2001, p. 133).

> Apesar do invejável progresso econômico que Campina Grande experimentava entre as décadas de 20 e 30 do século XX, trazido pelo algodão, ela ainda era uma cidade com grandes carências. Uma dessas refletia se no ensino: as escolas públicas não iam além do curso primário e o curso ginasial estava disponível apenas para os que podiam pagar. [29] (LIMA, 2012 *apud* MENDES, p.63).

Essa carência educacional sofrida pela cidade de Campina Grande na primeira metade do século XX, começa a mudar quando vai pensar às transformações de modelos na educação, a partir da inauguração de colégios particulares nos anos de 1930. "Os componentes

[29] Trecho retirado do livro Menino de Tracunhaém do autor Manoel Pessoa Mendes, p. 63

curriculares passam a ser específicos, cada matéria um professor, e o uso da palmatória acaba sendo pouco extinguido, em exceção nas pequenas escolas primarias.". (GAUDÊNCIO, B. R. A., 2008, p.2)

Dessa forma, o uso de palmatória não fazia parte das aulas do Instituto Pedagógico Campinense, como afirma Ester Azevedo, enteada do Tenente Alfredo Dantas em entrevista: "foi um método usado no começo, lá pelos anos 20. Mas foi abolido logo." (DINOÁ, 1993, p. 247). Essa extinção da prática da palmatória denota uma mudança para uma pedagogia humanitária na década de 1930 e nesse mesmo período o ensino em Campina Grande passa a ganhar em qualidade, cedendo espaço para o surgimento de outros importantes estabelecimentos educacionais na cidade, principalmente os ligados a ordens religiosas, a exemplo do *Colégio Imaculada Conceição* (conhecido por Colégio das Damas, com o ensino exclusivamente para mulheres), sob a direção das Religiosas da Instrução Cristã, e o *Colégio Diocesano Pio XI*, criado pelo vigário José Delgado, ambos dedicados ao ensino religioso no início da década de 30 do século XX. (CÂMARA, 1998, p. 116).

Porém, ao analisar mais diretamente a construção da conjuntura de laicização e secularização, observa-se diversas mudanças de discursos na conjuntura política, social e educacional do país. E na Paraíba não foi diferente, Ramsés Nunes (2006), ao analisar o processo histórico de secularização da instrução pública na então província da Parahyba do Norte no final do século XIX e início do XX, nota que ocorreu um choque de debates com a Igreja Católica e os liberais. Dessa forma, ocorre na República mudanças nas disposições do antigo regime monárquico, a Constituição se laiciza, "caracterizando por uma postura pró-ensino laico. No termo que vigora até então: *neutro* [...] A Igreja, mais especificamente na Paraíba, reage mudando suas disposições acerca das *táticas* postas na defesa do ensino religioso." (SILVA, 2004, p. 6).

Essa reação foi posta de imediata pelas ações doutrinárias das arquidioceses brasileiras e o papel dos defensores do ensino religioso na cultura escolar paraibana não foi diferente, como percebido na reação do Bispo paraibano, Dom Adauto de Miranda Henriques, que estimulou estratégias para propiciar um discurso que evidenciasse os preceitos cristãos para sociedade "a partir dos padres, delimitava estratégias que, a serem seguidas, estariam a serviço as prescrições oficiais da Sé romana." (SILVA, 2006, p.191).

De acordo com Silva e Santos (2012), esses esforços de *recristianização* são logo observados:

> Dom Adauto, em defesa da catolicidade, deu **apoio aos discursos que fundamentavam a necessidade de instalação de colégios católicos na Parahyba do Norte**, legitimou ações necessárias para a formação de sacerdotes que iriam ensinar em tais colégios, e **arregimentou ordens e congregações católicas para administrarem as escolas locais**. Dentre estas escolas pode-se citar o Colégio de Nossa Senhora das Neves (1895), administrada pela congregação da Sagrada Família, advinda da França, e o Colégio Diocesano/Marista (1894) administrado pelos Irmãos Maristas da França, ambos na capital; o Colégio Santa Rita (1907), dirigido pelas Irmãs Franciscanas e, posteriormente, pela Sagrada Família; o colégio Sagrado Coração de Jesus (1932), sob tutela das Damas da Instrução Cristã vindas da Bélgica; o Colégio N. Sra. De Lourdes (1928) em Cajazeiras, O Colégio Sagrado Coração de Jesus (1918) em Bananeiras e o Colégio N. Sª do Rosário (1919), estes três últimos pertencentes a Congregação das Irmãs de Santa Dorotéias. (SILVA, 2014, p.21, grifos nossos).

Nesse sentido, essas instituições de ensino baseiam-se nos preceitos Católicos Cristão, defendendo a efetivação de um ensino religioso, compreendendo na época como uma pedagogia tradicional em contraposição ao ensino laico defendidos, naquele período, pelos intelectuais, educadores e outros setores da sociedade brasileira e, inclusive, campinense. Acreditava-se que a formação do homem em uma escola "leiga" pode ser passível ao desconhecimento de sua natureza e de seus destinos, fugindo de uma pedagogia como um ideal, onde ficaremos como um navio sem bússola. (FRANCA, 1931, p. 9).

As Instituições particulares de cunho religioso se estabeleceram na cidade de Campina Grande a partir na década de 30. Lima (2013, p.11-12), analisando o Colégio Imaculado Conceição para moças, a partir do livro "Memórias – Histórico da Fundação do Colégio Imaculada Conceição - DAMAS" de Mª das Neves Melo Catão, conseguiu-se inquirir a importância para a cidade desse colégio, pois até então, não existia uma instituição escolar de cunho religioso da Igreja Católica de caráter efetivo para as meninas - somente depois da década de 70 a escola começam a aceitar meninos. A implantação da referida instituição nesta cidade só "foi possível devido às articulações políticas com José Adelino de Mello, liderança política [...] e o bispo da diocese da Paraiba, Dom Adauto Aurelio de Miranda Henriques". (SILVA, 2013, p. 9).

Vale salientar que o Colégio Imaculada Conceição, localizado até hoje na Praça da Bandeira[30], como mostra a Figura 2, era frequentado pelas moças ricas da sociedade campinense.

---

[30] "Em 1929, o Cônego João Borges de Sales já havia comprado dois prédios para um Colégio Feminino, na antiga Praça do Rosário, hoje Praça da Bandeira. Dava assim o Revmo. Vigário, antes de ser aposentado, no cargo de Vigário, um testemunho do seu interesse pela educação da juventude feminina desta terra. E quando, mais tarde, esse seu desejo se tornou realidade, já sendo Vigário o Padre José de Medeiros Delgado, encontrou iniciado o edifício onde atualmente se acha o Colégio Imaculada Conceição, das Damas." (UCHÔA, 1964, p.103)

Porém, não foi o primeiro de cunho religioso na cidade, desde o século XIX a Igreja investiu na educação feminina, a exemplo do Internato de Meninas, chamado de Colégio de Nossa Senhora das Neves, fundado em 1859, marcando uma nova fase da educação moral e intelectual do sexo feminino. As matérias ofertadas nesse Colégio seguiam um regulamento, onde se destaca o ensino da "Doutrina christã", além disso, leitura e escrita; aritmética; gramática nacional; noções de geometria; cozer, bordar, marcar e demais prendas domésticas; geografia e história; traduzir, falar e escrever francês e italiano. (A IMPRENSA, 12 de Fevereiro de 1859 ANNO III, p.2)

Outro estabelecimento religioso da cidade, conhecido como "Casa de Caridade de Campina Grande", foi fundada em 1868 pelo padre Ibiapina e tinha o caráter de acolher as jovens pobres, aproximando de uma Escola Doméstica. "Em 1918/20, Monsenhor Sales institui um Externato, matriculado um número superior a 300 alunas. Era um arremêdo de Colégio Feminino. Além do Curso Primário, havia aulas de corte e costura, canto, religião, e arte Culinária." (UCHÔA, 1964, p. 83). Já em relação ao Colégio Pio XI, Lima (2013) analisa o livro, "O Menino de Tracunhaém", de Manuel Pessoa Mendes, como forma de evidenciar essa instituição: "referente ao texto Pio XI, que narra à história do menino que tinha o sonho de estudar em um colégio bom, mas era pobre e não tinha condições, até que o Padre Odilon, diretor do Colégio Pio XI para rapazes, lhe dar uma oportunidade." (LIMA, 2013, p. 12). Então, o Colégio Imaculada Conceição e o Pio XI mantinham o mesmo planejamento de ensino religioso católico, porém, pelo caráter humanitário de seu diretor, esse último era especializado em receber rapazes. Sua fundação, segundo Silva (2013) ocorreu:

> No mesmo ano de fundação do Colégio das Damas em Campina Grande é implantado o Colégio Pio XI, em 7 de abril, pelo vigário José Medeiros Delgado. Quando da criação funcionou no consistório da Igreja Matriz, tendo como primeiro diretor o padre Antônio Costa, que foi sucessivamente substituído pelos padres Francisco Lima e Dr. Odilon Pedroza (CÂMARA, 1947). No ano de 1932 essa instituição foi deslocada para um prédio próprio, construído em um terreno doado, situado na atual rua João Pessoa em Campina Grande. (SILVA, 2013, p.9)

Dessa forma, esses educandários mobilizaram o setor educacional da referida época para uma perspectiva mais doutrinária da fé católica, visto que a cidade necessitava de boas instituições de ensino, pois estava crescendo e ganhado destaca perante outras cidades paraibanas e sua elite ganhava cada vez mais espaço no campo econômico, político e social do Estado. Para um melhor entendimento do projeto educacional que esses estabelecimentos de ensino possuíam, analisa-se mais detalhadamente o Colégio Imaculada Conceição,

utilizando a tese de Silva (2012), na qual lança olhares sobre as representações dos internatos confessionais, demonstrando suas estratégias e discursos como forma de combater a conjuntura laicizante que a instrução pública estava sofrendo no fim do século XIX pela pedagogia moderna e científica.

A Congregação Damas da Instrução Cristã ganhou um significativo espaço no Brasil, em especial na Paraíba e Pernambuco. Madre Agathe Verhelle é considerada a fundadora dessa ordem, ela nasceu em Bruges, Bélgica, no dia 27 de fevereiro de 1786. Ainda na Bélgica, a Madre funda uma nova instituição, tendo "o privilégio de ser o berço do Instituto das Damas da Instrução Cristã, da qual o Colégio Imaculada Conceição faz parte, sendo reconhecido atualmente como Instituto das Religiosas da Instrução Crista."[31]

O Papa Leão XIII lançou esse projeto de aparato educacional entre os religiosos educadores no continente americano.

> O aparato educacional atrelado às instituições escolares católicas, enfim, se mostraria em pleno processo de implantação. No âmbito do reforço realizado pelos líderes da Igreja, entre eles Pio IX (1846 – 1878) e Leão XIII (1878 – 1903) em seus longos pontificados, responderiam prontamente salesianos, maristas, Irmãs dorotheias, Irmãs do *Sacre Couer*, **Damas da Instrução Cristã** entre outras ordens, que foram fundadas na Europa e se **instalaram no Brasil** (SILVA, 2012, p.109, grifos nossos)

Seguindo ordens papais, no Brasil, em Outubro de 1896, o Instituto das Religiosas da Instrução Cristã chegou a Olinda, Pernambuco, expandindo-se para a Paraíba, em Campina Grande, no dia 1° de Março de 1931, com o nome "Colégio Imáculada Conceição", em homenagem à padroeira da cidade de Campina Grande, nossa senhora da Conceição. As primeiras religiosas que comporiam o quadro do colégio chegaram em 23 de Fevereiro de 1931, sendo estas: "Madre Dominique Viane, Superiora – Madre Alice Beltrão – Madre Josefa – Irmã Martina – Irmã Levina." (UCHÔA, 1964, p. 133).

O projeto pedagógico dessa ordem, segundo Silva (2012), era cristocêntrico e dotado de constituições especificas, ligadas pelas encíclicas católicas que tiveram que se adaptar as realidades latinas. E como medidas de frear a temível secularização da instrução pública, o confinamento era uma pratica indispensável no cotidiano das escolas religiosas:

---

[31] Para saber mais: (Disponível em: <http://www.cicdamas.com.br/novo/index.php/institucional/nossa-historia/> Acessado em 12/01/2015)

> O *confinamento,* por exemplo, como marca indelével daqueles espaços instrucionais, disposto como *instrumentalidade,* portanto, da *necessidade* de proteção à infância; do uso do isolamento como aparato normativo; da disciplinarização, da construção de dada moral; Aspectos que obedeceria a legitimações intelectuais/discursivas, cimentadas no protagonismo da mensagem, urdidas para se fazer crer ser o isolamento do educando *verdadeiro dogma pedagógico*, dentro de preceitos muito bem definidos. Passagem quase que naturalizada do universo familiar ao ambiente instrucional. (SILVA, 2012, p.18, grifo do autor)

Essa cultura escolar de confinamento é bem observada quando leva-se em conta o internato como espaço de doutrinamento dos discentes, onde a disciplina[32], cotidianamente, deveria ser a regra clara para a moral confessional católica. Através do depoimento de uma ex-aluna do Colégio Imaculada Conceição de Campina Grande, nos anos de 1930, obtida a partir da tese de Ramsés Silva, é possível perceber essa necessidade de disciplinar os corpos: "Estava sempre calada, né? Tinha que ficar parada ali, mas ficava com o pé balançando por baixo da cadeira, né? Não conseguia ficar parada, não conseguia mesmo. A *Madamosele* "Y" ficava de olho em mim, sempre de olho em mim." (SILVA, 2012, p. 77, grifo do autor)

Dessa maneira, é perceptível que o colégio queria o corpo estudantil sob vigília, normatizada pela disciplinarização, para estabelecer relações de poder na conduta das jovens campinenses e, com isso, implantar suas constituições. Enfatizando que esse trabalho não pretender se aprofundar nessas questões de disciplina, e sim tecer as ideias produzidas a partir desses discursos e das relações históricas vividas, que faziam parte dessa teia escolar implantada pelas ordens religiosas na Paraíba, para elaboração de um projeto pedagógico que almejava a arregimentação dos grupos sociais da cidade em causa própria, pois "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar." (FOUCAULT, 2009, p.10).

Outras práticas discursivas de *apoderamento* do discurso educacional também se inserem no IPC, no qual possuía um discurso de fala, já existente desde 1919, com ensino para ambos os sexos e com um "regime de externato e internato, tanto para moças como para rapazes. No internato, a acolhida maior era para as cidades vizinhas." (DINOÁ, 1993, p.248). Como citado, o Instituto Pedagógico também funcionava como internato. "Em maio de 1924, foi o educandário transferido para um novo prédio, edificado, previamente, pelo mesmo educador, adaptado as condições higiênicas e pedagógicas, situado à mesma rua, n. 327, hoje, "Internato" do referido Instituto" (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº1, p.7). Porém, o caráter

[32] Para Foucault "O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. [...] Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou méritos." (FOUCAULT, 2010, p.138).

do internato[33] de uma escola laica se difere de um religioso, a primeira não estava preocupada em orientar religiosamente os discentes ou proteger dos "males da secularização" que a Igreja Católica tanto temia e combatia, e o que é privilegiado era uma preocupação maior nas "condições higiênicas" dos estudantes no ambiente escolar, bem como em seus lares. No instituto também era oferecido o externato, ou seja, os alunos que não necessariamente ficavam na escola. "O externato, remodelado a capricho e com todos os requisitos da hygiene escolar, oferece aos alunos e professores, todo conforto necessário [...] o prédio existe um grande pateo destinado ao recreio e aulas de instrucção physica. [sic]." (BRASIL NOVO, 1931, p.6)

O cotidiano escolar desses espaços educacionais era arraigado de normas de disciplinarização, que eram implantadas independentemente se a escola seguia ou não dogmas religiosos, objetivando se adequar a uma escola moderna. Porém, não significava dizer que no confinamento religioso ou laico não existisse táticas para burlar[34] a disciplina imposta. No Instituto, as aulas de Educação Física deixavam "nítido, por parte dos educadores, o interesse em disciplinar não apenas a mente, mas também o corpo dos discentes que, cotidianamente, se utilizavam de táticas e artimanhas, burlando a disciplina imposta." (SANTOS, 2014, p.45).

Ainda partindo do cotidiano escolar, agora analisando os exemplares da Revista Evolução, observa-se em suas páginas pouca referência à religião, geralmente os encontramos em alguns textos dos alunos ou professores, fazendo menções a fé cristã sem o direcionamento ao catolicismo ou protestantismo:

> Abrimos as nossas colunas a quem delas queiram utilizar-se, dentro da moral e da razão, para defesa das suas ideas, **sem cores políticas, nem religiosas. Defendendo o ensino laico nas escolas**, o faremos, por um princípio de liberdade de consciência, por isso que, só nessa teremos os fatores principais da ordem e do progresso [sic]. (REVISTA EVOLUÇAO, 1932, nº 6, p.3, grifo nosso)

Essa postura do Instituto, em não vestir cores religiosas, também é perceptível nas mensagens de festas natalinas, a exemplo da propaganda feita para os leitores em 1931, onde

---

[33] A estrutura dos internatos: "Aliás, podemos entender que visualizar a cultura escolar de confinamento perpassa, pontualmente, algumas dimensões estruturais e modelares que são diversificadas, entre elas a que categorizamos a partir de uma visualização de características distintas, na qual pesem os hibridismos estruturais no funcionamento dos internatos verificados no Brasil 1, tais como os que seriam a) *internatos confessionais congregacionais*; b) *internatos laico-seculares;* c) *internatos escolares benemerentes;* d) *internatos escolares de ofícios;* e) *internatos escolares técnico-rurais; F)Internatos civil-militares"* (SILVA, 2012, p. 102)

[34] Para Certeau "Muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições etc.) são do tipo tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das "maneiras de fazer": vitórias do "fraco" sobre o mais "forte" (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem etc), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de "caçadores", mobilidades da mão de obra, simulações polimorfas, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos" (CERTEAU, 2012, p.46).

lhes desejam um Feliz Natal, porém, sem nenhum direcionamento a credo religioso: "O Natal de Cristo nos transforma, alente e renova." (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, nº 4, p.5). As festas, geralmente, ocorriam por outros propósitos, que levariam os discentes a aprenderem a executar certas tarefas, que não ficavam presas somente a carteira, no caso o teatro e até mesmo a filantropia, na ajuda ao Hospital Pedro I, onde se vê no texto da Revista Evolução, "Uma festa de arte pelos alunos do Instituto Pedagógico", "A propósito da festa artística promovida pelo Instituto Pedagógico, em beneficio do Hospital Pedro I [...] Vários números foram apresentados com interpretação que demanda índice de marcada cultura espiritual." (REVISTA EVOLUÇÃO, nº 3, p. 8). Nessas artes de fazer, a revista destaca algumas práticas festivas ocorridas nesse dia: coral, danças, cantorias, monólogo, peças teatrais, inclusive veicula fotografias do referido evento nas páginas do periódico, geralmente essas apresentações aconteciam no Cine Teatro Apolo e "todas as festas promovidas por aquele educandário se revestem de miríficos encontros que põem em relevo o grau de cultura daquele ambiente, onde há distinção e expressivo gosto pela educação moral e intelectual dos educandos" (Ibid, p.8).

Assim, não existia, de maneira institucionalizada pelo Instituto Pedagógico, a inserção de discursos religiosos como pratica cotidiana escolar, diferentemente como observado nas escolas religiosas citadas anteriormente, na qual colocavam o ideário católico como pressuposto primordial em suas atividades, a exemplo da própria configuração das escolas, compostas por freiras, padres e ambientes reservados para as celebrações religiosas.

Todo esse aparato educacional da cidade, norteava com os conceitos que a elite campinense pleiteava, refletindo a educação do corpo, pensando em sua higienização e nos princípios morais e de civismo, muitas vezes, direcionada por uma educação religiosa ou laica de acordo com os objetivos que almejavam os profissionais da educação daquele período e dos pais dos alunos na busca da pedagogia ideal.

2.2 "Há muita gente ainda que combate a escola leiga": As discussões pautadas em Campina Grande na construção de um ideário laico

Em âmbito nacional difundi-se o discurso de um Estado Laico de forma institucionalizada, com sua efetivação a partir da instauração da República em 1889. Ranquetat (2007) coloca um período de mais de 40 anos, iniciado no fim do século XIX, com diversas discussões pautadas por discursos pedagógicos, religiosos e políticos, pois não só o

Estado secularizou, na educação ocorreu o mesmo. Segundo Foucault (2009, p. 44), "o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de melhorar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo." Isso significa que o discurso pode ser produzido em razão das relações de poder e saber, seja de uma instituição política, econômico ou educacional, na qual ajuda na manutenção de seus projetos de poder. E, como observado por Ranquetat (2007, p. 169-169), "Muitas foram às discussões ocorridas na década de 30 do século passado entre os laicistas, que advogam um ensino laico, e os grupos religiosos, principalmente à Igreja Católica, que defendia o ensino religioso nas escolas públicas".

Nesse sentido, a Igreja Católica entrou em um embate ferrenho contra a secularidade e laicização dos órgãos públicos, em especial na área da educação. Exemplo disto foi em 1931, onde o Pe. Leonel Franca, em seu livro intitulado "Ensino Religioso e Ensino Leigo", considerado uma autoridade nesse assunto, elenca as práticas pedagógicas embasadas pela doutrina católica e a laica no ambiente escolar, com seus pontos positivos e negativos. Para demonstrar para sociedade brasileira que o melhor para educação, naquele período, era o ensino religioso, considerando o ensino baseado em preceito religioso vital para o futuro daquela geração de alunos da primeira metade do século XX. Pois, considerava o ensino "leigo", "na incapacidade *insanável de educar*, isto é de formar o homem para sua perfeição, de desenvolver-lhe a natureza para os seus fins." (FRANCA, 1931, p.20, grifo do autor).

E com a Reforma de Francisco Campos, o dec. n.19.941 de 30 de Abril de 1931, reintroduz o ensino religioso nas escolas públicas de forma facultativa. Dizia o decreto em seu artigo 1°: "Fica facultativo, nos estabelecimentos de instrução primária, secundária e normal, o ensino da religião." O decreto, nos demais artigos, determinava que os pais ou tutores pudessem requerer, no ato da matrícula, a dispensa dos alunos da mesma e que a organização do conteúdo e escolha dos livros ficaria sob a responsabilidade dos ministros do respectivo culto, sendo os professores de ensino religioso designados pelas autoridades do culto a que se referir o ensino ministrado.

E a Igreja Católica, por possuir na conjuntura da época certa hegemonia na política com uma bancada católica bastante forte na câmara dos deputados, conseguiu essa vitória, pois acreditavam ser a única instituição que domina os valores da fé cristã e poderiam passar para os jovens brasileiros. Durante esse período, a forma como foi construído esse embate ia além das prerrogativas políticas, pois eram os católicos que queriam a volta do ensino religioso nas escolas públicas, e para contrapor essa hegemonia do catolicismo, alguns

protestantes, espiritas e maçônicos eram contrários esse tipo de ensino defendendo a escola "leiga". E esses discursos eram encontrados nos jornais da época, lamentando a volta do ensino religioso pelo apoio do então Ministro da Educação, Francisco Campos, ainda no Governo Provisório de Vargas, considerado um grande apoiador da Igreja.

> Umas das mais belas conquistas democráticas que figuravam na carta de fevereiro era a liberdade de consciência. Abeiava-se assim o Estado de questões de ordem religiosa que não devem ultrapassar o âmbito dos tempos, evitando as divergências que suscita, entre adeptos de crenças diversas, o ensino da religião nas escolas officiaes. Com a Revolução, o ministro Francisco Campos, achando poucos os complicadissimos <casos> que têm entravado a marcha do Governo Provisorio, criou, com o decreto que officialisa o ensino religoso, o mais grave e complexo de todos [...] O decreto tem, como se vê, uma apparencia liberal, mas, na pratica, attenta contra a liberdade de consciencia das minorias, que é tão sagrada e tanto respeito quanto a das maiorias [sic]. (COMÉRCIO DE CAMPINA, 13 de Setembro de 1932).

Nesse contexto, o Jornal Comércio de Campina falava em nome de Alfredo Dantas, diretor do mesmo na época, e possuía um discurso interessado, visto que o mesmo defendia o ensino como laico. Então, o cenário educacional da cidade de Campina Grande era direcionado a um discurso em defesa de um ensino laico, no caso, o Instituto Pedagógico Campinense contrariava as prerrogativas do ensino tradicional, identificado muitas vezes com base em ensinamentos religiosos. Acerca da discussão educacional, Foucault (2009, p. 44), diz: "Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo". Assim, essa apropriação do discurso pode ser notada nas primeiras linhas do artigo publicado em Outubro de 1931, da já referida "Revista Evolução", intitulado de "Escola Leiga", em resposta a chegada de educandários de ordens religiosas na cidade.

> **Há muita gente ainda que combate a escola leiga.** E, entretanto, para escolas publicas, ou semi-oficiaes, nada mais consentaneo que o ensino livre no intuito conciliatório e educativo de formar as novas gerações sem aquelas reações próprias do antagonismo de credos hostilisantes. [sic] (REVISTA EVOLUÇÃO, 1931, p.5, grifo nosso).

Segundo Santos e Jerônimo (2013), o artigo é entendido como uma possível resposta aos críticos do Ensino Laico na cidade, pois, como já observado anteriormente, a partir de 1931 à cidade de Campina Grande ganha escolas de ordens religiosas ligadas a Igreja Católica, defendendo a manutenção de um ensino religioso, por exemplo, o Colégio das Damas e o Pio XI. Então, esse artigo veiculado nesse periódico produzido pelo Instituto

Pedagógico, expõe um tipo de narrativa defendendo essa abordagem de ensino, mostrando suas qualidades nos saberes escolares com intuito de combater o ambiente de desavenças que era produzido em locais que possuíam ensinamentos religiosos da doutrina católica como base, segundo a revista, pois os diretores e professores do Instituto utilizavam desse periódico para divulgar e defender suas ideias.

Outro fato que corroborou para análise dessas discussões entre os que pregavam uma educação no modelo tradicional e os defensores do ensino "leigo" naquela conjuntura, ocorreu na visita do Presidente Getúlio Vargas a Campina Grande, no dia 9 de Setembro de 1933, segundo o memorialista Epaminondas Câmara, em sua obra "Datas Campinense"[35] (1988), nesse referido episódio a Coligação pró-Estado Leigo[36] usou de *táticas* para mudar o itinerário do presidente, que pretendia fazer uma visita ao Colégio das Damas, mas antes é recebido por freiras pedindo sua ajuda e, logo após, diante da inesperada visita das freiras, a coligação recomenda desnecessária a visita do presidente a esse educandário, pois a ida das freiras já foi suficiente, então:

> O presidente desistiu, enquanto as damas cristãs, com todas as alunas, ficaram no colégio à sua espera e ele não apareceu lá. **Tinha havido sabotagem contra o colégio católico.** As freiras eram irmãs da casa de caridade, que, inocentemente, tinham servido para tal, e visitaram o presidente a conselho dos tais figurões. (CÂMARA, 1988, p. 120, grifo nosso).

Esse episódio da desistência do Presidente, colocado pelo memorialista Epaminondas Câmara, vem demonstrar essa disputa que existia entre intelectuais, educadores, políticos e religiosos que apoiavam a implantação de uma Educação Laica nos padrões *escolanovista* e os que defendiam uma Educação Religiosa nos moldes da doutrina moralizadora católica e na Pedagogia tradicional na cidade de Campina Grande nas décadas de 20 e 30. (BRASIL, 2012, p. 13). Com isso, pode-se levar essas considerações para uma compreensão de uma discussão nacional exercida entre os defensores da Pedagogia Tradicional e da Pedagogia Nova.

Em relação à citada Liga ou Coligação Pró-Estado Leigo, foi estabelecida em 15 de Novembro de 1932 em Campina Grande, e também foi notícia no Jornal Comércio de Campina em 19 de Novembro de 1932:

---

[35] A obra *Datas Campinenses* de autoria de Epaminondas Câmara é publicada em 1947, uma obra da maior importância para a historiografia da cidade de Campina Grande [...] Sua importância deve-se não apenas por ser uma obra que "compactos" em uma única obra muitos fatos da história da cidade de Campina Grande, sua importância deve-se também por ser uma obra que guia até hoje historiadores que buscam investigar o passado da "Rainha da Borborema". (BRASIL, 2012, p. 5-6).

[36] "composta de comunista, protestantes, espíritas e alguns mações, dirigida no Estado pelos drs. Osias Gomes, Horácio de Almeida, João Santa Cruz, etc. e em Campina pelo dr. João Arlindo Correia, pastor João Ximenes, professor M. Almeida Barreto, etc." (CÂMARA, 1988, p. 120).

Liga pro "Estado leigo" de Campina Grande

> No dia 15 do corrente mês, ás 14 e 30, na sede da Loja maçônica, organizou-se a "Liga Pró Estado Leigo de Campina Grande", sucursal da 'Liga Paraibana Pró-Estado Leigo", sede na capital deste estado. Ficou constituida da seguinte diretoria provisória: Presidente Dr. João Tavares, Vice Reverendo. João Climaco Ximene, secretario Ver. Joel Rocha, 2º Sr. Humberto di Pace, Tesoureiro Manoel Feliciano e orador Professor Manoel de Almeida Barreto. Filiada à Coligação Nacional Pró-Estado Leigo, com sêde no Rio de Janeiro, a Liga tem por objetivo unico manter na integra todos os paragrafos do artigo 72 da Constituição Brasileira de 24 de Fevereiro de 1891, ou seja a defesa da liberdade de consciencia e cultos de todos os Brasileiros.
>
> Joel Rocha – 1º Secretario
>
> (COMÉRCIO DE CAMPINA, nº. 36, 1932).

O objetivo dessa Liga era obedecer a Constituição Republicana, em especial o artigo 72, que defendia a "liberdade de consciência e cultos de todos os Brasileiros", inclusive uma educação laica. Na dimensão estadual, a Liga Pró-Estado Leigo foi fundada em João Pessoa em 1932 e, segundo Santana (1999), possuía "frente única, mobilizando as mais diversas tendências ideológicas [...] era de cunho laicizante e defendia, sobretudo, a liberdade de pensamento religioso." (p. 122). Em Campina Grande, um dos principais membros da Liga era o Prof. Manoel de Almeida Barreto, também membro do corpo discente do Instituto Pedagógico Campinense, considerado um defensor da Escola Nova, observado em uma edição do Jornal Brasil Novo (1931), o texto "Escola Ativa": "A escola de hoje deve ter uma finalidade pratica como a realisam as nações forte – *habilitar as creanças para fazer coisas uteis.*" (p.3, grifo do autor).

Então, como citado no capítulo anterior, pode-se levar essas considerações expostas na Revista Evolução, e também nos demais jornais e revistas de circulação da época, como um grande meio de divulgação do cotidiano da cidade de Campina Grande no início da década de 1930 do século XX. Além disso, esses periódicos e jornais são uma importante fonte de pesquisa para a sociedade atual e futura, possibilitando que pesquisadores, historiadores, estudantes e a sociedade em geral possam tomar conhecimento dessa época histórica, além de possibilitar o nosso entendimento a respeito das discussões educacionais em voga na referida época.

2.3 Tenente Alfredo Dantas: o educador protestante e laico

Alfredo Dantas Correia de Góes nasceu em 17 de novembro de 1870, natural do município de Teixeira-PB. Em Fortaleza, destinou-se a carreira militar, sendo oficial do curso no Tiro de Guerra, reformou-se no posto de 1º Tenente, falecendo no ano de 1944. Segundo Ester Azevedo, sua enteada, em entrevista contida no livro "Memórias de Campina Grande", de Ronaldo Dinoá, Alfredo Dantas chegou à Campina Grande no ano de 1918, fundando, no ano seguinte, o Instituto Pedagógico, que veio a ser um dos estabelecimentos de ensino mais importantes da educação campinense na primeira metade do século XX, ganhando fama de colégio disciplinado. A Revista Evolução, na qual era de responsabilidade editorial do próprio Instituto, demonstrava a abnegação de seu diretor às causas educacionais: "E é que o tenente Alfredo Dantas tem o contorno lendário de uma personalidade com duas vidas, apresentando seus contrastes e confronto: - a do militar e a do educador." (REVISTA EVOLUÇÃO, Ano 1, nº3, 1932, p.6). Esse modelo de educador disciplinar fez dele um dos principais educadores da cidade. Lembrando que o Dantas se apropria da revista para divulgar seus ideais e interesses.

Como observado durante esse trabalho, o Tenente, que era protestante, defendia uma escola laica no momento em que a doutrina católica cristã prevalecia em todo o país com seu ideário cristocêntrico de educação. Partindo dessa diferenciação, Lima (1995) destaca as querelas entre o catolicismo e protestantismo no Brasil na primeira metade do século XX, principalmente entre o já citado, padre jesuíta Leonel Franca, um grande defensor da ortodoxia católica no país, e os "protestantes presbiterianos – Eduardo Carlos Pereira, Ernesto Luiz de Oliveira, Othoniel Motta e Lisânias Cerqueira Leite." (p.5). Esses embates se davam a partir do campo das ideias, muitas dessas divulgadas em jornais e livros, cada um defendendo as suas práticas religiosas no contexto da sociedade brasileira. "O debate acontece no fragor da afirmação de um protestantismo autóctone[2] e no esforço de recuperação de influência por parte do catolicismo[3]." (p.5)

Dessa forma, Alfredo Dantas também se insere nesse embate de ideias pela vertente educacional, visto que não considerava o ensino fundamentado na religião como o mais correto, principalmente se for celetista, como analisa Andrade (2014):

> Por ser evangélico, o tenente Alfredo Dantas considerava esse fator uma maneira de coibir a expressão e o conhecimento de outras religiões. A opção por não introduzir no currículo escolar o ensino de religião já apontava certas feições sobre a dinâmica pedagógica da escola, que nomeava os mecanismos militares e cientificistas para recompor na sociedade campinense os valores perdidos pelas moléstias advindas da urbanização da cidade. (ANDRADE, 2014, p.225)

Essa aversão à dinâmica pedagógica católica também pode ser analisada em outra fonte, agora a partir de texto jornalístico[37] do próprio Alfredo Dantas, em forma de apelo aos pais dos alunos de sua escola a pagarem as mensalidades atrasadas, mas também é demonstrado o mal estar com a chegada dos colégios de ordem religiosa, no caso o já citado educandário católico Pio XI, na qual estavam recebendo esses alunos devedores por não mais aceitaram as práticas do Instituto Pedagógico, e isso foi vinculada no Jornal Comercio de Campina em 20 de Agosto de 1932.

INSTITUTO PEDAGOGICO
Não mais apêlo, mas Chicana (*)

Em o n. 14 de nossa edição de 20 de Junho, tive oportunidade de fazer um apelo aos pais retardatarios ao pagamento das obrigações assumidas neste educandario. Não *ouvido* nem atendido, volto á carga, desta vez, não mais em forma de apelo, mas, de chicana aos que lhes assentar a *carapuça*.
Redartarios que o são por necessidade, uns: - porque implicam com o, a VENCER, outros; -pela infiltação organica de useiro do CALOTE, ainda outros. Estes são/os APROVADOS das maldições das CHAMAS DO FOGO ETERNO, os que fiagem piedade acendem veias a DEUS e AO DIABO, com tanto que façam novas vitimas.
As predicas incidiosas, insistes, de sectarismo e discorda escolar contra institutos de ensino, ACUSADOS DE IMPIOS, lhes deram ensanchas á transferencia, sob pretextos futeis, para outros colegios pios, de parte dos filhos que vinham desfrutando os proventos do ENSINO GRATUITO A FORTIORI, do instituto. Colegioou ginasio ANTI-CATOLICO ou PROTESTANTE.
Receiam ou fingem, esses trapaceiros do dever, os CASTIGOS DO ENFERNO, mais se contentam com a DEIXA, mais proveitosa, do filho ou ficou usufruindo no COLEGIO PROTESTANTE, vantagens matérias e intelectuais!...
E não é tudo: O temor das chamas vesuvianas, lhe não serviu de estimulo para DEIXAR DE VER o contacto educacional do ESTABELECIMENTO protestante, onde ficaram recebendo FAVORES LUCRATIVOS do ensino leigo que tanto condenam, na certeza de que NÃO SERÃO incomodados!.
E não serão mesmo. O PROTESTANTE TEM O DEVER DE SER GRACIOSO!
A cautele-se o Pio xi> educandario catolico, com os noviços, egressos dos seus congeneres, tidos e havidos como ANTI-CATOLICOS OU PROTESTANTES. Quem avisa, amigo é.

ALFREDO DANTAS
[sic]

(COMÉRCIO DE CAMPINA, nº. 23, 1932, grifos nossos).

Analisando a nota, percebe-se que Dantas trata: primeiro, da falta de pagamento das mensalidades pelo motivo dos pais resolverem tirar seus filhos dessa instituição de ensino, alegando a má fama do colégio, como diz Dantas, por ser considerado "ANTI-CATÓLICOS ou PROTESTANTES", e nesse sentido não cabia mais aos pais manter seus filhos estudando

[37] Reproduzimos a nota completa de Dantas, veiculada no Jornal Comercio de Campina.

em um ambiente que, possivelmente, era hostil as práticas cristãs católica e se dizia laico, pois em Campina Grande o ensino religioso era pautado nos ensinamentos da doutrina católica, como observado anteriormente ao analisarmos o programa escolar e a origem religiosa que o Colégio Imaculada Conceição e o Pio XI possuía. Dessa forma, o segundo descontentamento de Dantas é entendido nas entrelinhas da nota e traz à tona a visão que o recém-chegado Colégio Pio XI ia contra o ensino "leigo" defendido e praticado no Instituto Pedagógico.

Dantas acreditava que sua prática ajudava no conhecimento de outras religiões de forma não celetista e, por isso, opta por não colocar na grade curricular do Instituto esse tipo de ensino dogmatizado, nem mesmo o evangélico, na qual fazia parte. Dantas coloca o ensino confessional, marca primordial dos "educandários católicos" que chegaram de forma mais contundente no início da década de 30 do século XX, como valores não condizentes aos novos ideais que a sociedade campinense pretendia alcançar para suas crianças e adolescentes ao pensar o ensino de forma moderna e racional. Nessa composição de disputas nota-se o silogismo de ideias existente entre esses saberes educacionais e o mal-estar gerado por esses descontentamentos por motivos financeiros, pois sem o pagamento da mensalidade e alta concorrência existente, levaria o fechamento do Instituto Pedagógico, porém os discursos religiosos também poderiam levá-lo ao fechamento, pois existia certo desconforto das autoridades católicas em Campina Grande em relação aos protestantes, mas também outros segmentos religiosos e políticos da sociedade campinense, a exemplo dos Maçons, Espíritas e também dos comunistas. O livro "Subsídios para a história eclesiástica de Campina Grande" (1964), de Boulanger de Albuquerque Uchôa, demonstra esse certo desconforto da Igreja Católica com esses segmentos no início da década de 30, considerado por eles

> **Acatólicos** - Infelizmente, há grupos de acatólicos, ditos **protestantes**. Há três **Centros espiritas**, com freqüência relativamente pequena. Há uma Loja Maçônica, com 165 sócios, parte de pessoas estranhas e alguns de Campina Grande. A **Maçonaria** tem infiltração de seu espírito contra a Autoridade Eclesiástica. Há um Centro de Operários, sento alguns elementos eivadados de **comunismo**. (UCHÔA, 1964, p. 111, grifos nossos).

Algumas dessas instituições religiosas também eram possuidoras de estabelecimentos de ensino, como observados nas propagandas nos jornais de circulação da época, a exemplo da Escola José do Patrocínio, do Centro Espirita Sólon de Lucena, e da Escola Gratuita da Igreja Evangélica, citadas nas propagandas do jornal Comercio de Campina (1932) e cada uma possuía seu currículo de ensino próprio para configurarem com as mudanças estratégicas

da educação campinense, que começa a ganhar força na década de 30 do século XX com a efetivação de grandes colégios na cidade.

Portanto, os discursos proferidos nos meios de comunicação pelos educadores, políticos e intelectuais da época, resultaram em um efeito educacional de reflexões na busca de uma pedagogia ideal. O Colégio Imaculada Conceição é visto como um espaço escolar que possuía o ideário católico como princípio fundamental nas questões educacionais, projeto esse abraçado pelas Damas da Instrução Cristã, inclusive, em seu projeto educacional, objetiva enfrentar a onda de secularização e laicização que o Estado e a instrução pública estavam passando. A cidade de Campina Grande era aberta a essas discussões, muitas vezes, não aceitando a religião como ideal na educação dos jovens e crianças campinenses, inclusive existia organizações na cidade, a exemplo da Liga pró-estado leigo. E isso foi bem observado na postura que o Instituto Pedagógico teve em defender o ensino laico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia buscou acrescentar contribuições para História da Educação em Campina Grande – PB, que, infelizmente, ainda carece de produções historiográficas sobre essa temática. Dessa forma, o trabalho, iniciado em 2014, vem justamente tentar sanar essa lacuna, trazendo aportes não só para o campo educacional, mas também no campo político e social da cidade. E o que notamos durante as leituras e construções narrativas é que a República brasileira inovou em relação à educação, em propor, justamente, à laicidade do ensino nos espaços educacionais públicos, observado na cidade de Campina Grande-PB, no Instituto Pedagógico Campinense, colocando a questão religiosa a parte dessa lógica, pelo menos no plano oficial, e gerando discussões nos dois lados. E isso pensado com o ideário da "Escola Nova", principalmente na década de 1930 com o "Manifesto dos pioneiros da Educação Nova" (1932), no qual veio justamente acentuar esse conflito na busca por uma escola gratuita, única e laica, colocando em isonomia a Igreja e o Estado.

Utilizamos da perspectiva dos estudos culturais, trazendo reflexões da história das práticas e saberes escolares na cidade de Campina Grande em seus espaços educacionais da primeira metade do século XX na construção de uma escola moderna. E também dispomos de um acervo historiográfico, teórico e metodológico, inclusive de trabalhos de historiadores locais, a exemplo de Josemir Camilo (2011), Vivian Galdino (2012, 2014) e Ramsés Silva (2006, 2012), que colaborou na análise das reflexões educacionais propostas nesse trabalho. Observamos, ainda, que falta apontar respostas para alguns questionamentos levantados durante a pesquisa, a exemplo de fontes que expressem melhor o cotidiano dos discentes e docentes dos colégios religiosos, bem como os discursos dos defensores desse tipo de ensino na cidade. Com isso, pretendemos sanar essas questões com a continuação deste trabalho, aprimorando ainda mais as reflexões acerca dos discursos sobre o ensino laico na cidade.

A importância de conhecer esses discursos educacionais pelo víeis histórico não está somente em compreender o passado como tal, mas pensar nesse passado para compreender os temas e conflitos atuais, pois os pressupostos da laicidade servem, até hoje, para fortalecer a convivência pacifica entre o religioso e o não religioso, seja dentro do convivo escolar ou no ambiente público. Não devemos colocar essa questão como ideias de pensamento anticlerical ou antirreligioso, pois a laicidade garante direitos de igualdade, permitindo autonomia nas nossas escolhas de credo religioso. Então, no âmbito escolar, o ensino laico também não pode seguir o princípio de antirreligioso, mas sim proporcionar um ambiente de múltiplas

sociabilidades para que o aluno consiga compreender os diversos ambientes culturais que permeiam o nosso cotidiano em relação às diversas praticas religiosas, não como base de ensino, mas como uma das possibilidades inerente ao mesmo.

No primeiro capítulo desse TCC observamos que, no começo do período republicano brasileiro, houveram grandes transformações educacionais no Brasil evidenciadas pela Escola Nova e suas ambições em edificar uma escola moderna, ou seja, um ambiente que crescesse ativo e democraticamente, lançando vários projetos, entre eles, destacamos a educação laica, que já veio sendo construída desde o século XVIII com a secularização do Estado e vai ganhando espaço paulatinamente. Especificamos a cidade de Campina Grande, onde a documentação pesquisada possibilitou discutir a respeito das prerrogativas do ensino "leigo" ou laico no Instituto Pedagógico Campinense na década de 1930, considerado por eles como um valor referencial muito importante em seu currículo, não é à toa que saiu em defesa abertamente em seu periódico, Revista Evolução (1931-1932), na qual constatou-se várias práticas discursivas em seus artigos pela manutenção desse tipo de ensino, pois acreditavam que poderiam afastar os preconceitos e construir nas mentes de seus discentes uma consciência de respeito mútuo, deixando para os pais a responsabilidade do direcionamento religioso.

No segundo capítulo, percebemos a inserção de projetos pedagógicos em Campina Grande na década de 30 do século XX, na formação de uma consciência laica em relação aos seus saberes pedagógicas, em especial no Instituto Pedagógico Campinense. Além do surgimento de outros estabelecimentos de ensino de ordens religiosas na cidade em 1931, a exemplo do Colégio Diocesano Pio XI e o Colégio Imaculada Conceição, ambos baseados no ensino religioso católico, portanto, como observado, esses novos estabelecimentos de ensino geraram várias discussões educacionais em relação aos preceitos laicos e religiosos, mas muitas vezes sem vencedores, pois essas práticas possuem pressupostos educacionais dinâmicos e diferentes entre si e ambas podem corroborar para uma educação ideal, mesmo assim, para alguns, o ensino laico pode ser considerado como um modelo que representa os anseios de uma sociedade moderna "racionalista", possuidora de pluralidades de sentidos e dizeres que necessitam serem respeitados no cotidiano entre os discentes, docentes e demais pessoas que corroboram o ambiente escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Discursos e pronunciamentos: A dimensão retórica da historiografia**. In: PINSK, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (org). *O Historiador e suas fontes.* – 1. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2011.

ALMEIDA, Elpidio de. **História de Campina Grande**. 2ºed. João Pessoa, Editora Universitária / UFPB, 1978. 424p. (Coleção Documento Paraibanos, 8).

ANDRADE, Vivian Galdino de. **A compreensão de uma Modernidade Pedagógica através do Instituto Pedagógico Campinense (1919 – 1950).** IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas 'História, Sociedade e Educação no Brasil', Universidade Federal da Paraíba, 31/07 a 03/08/2012, João Pessoa. *Anais Eletrônicos.* João Pessoa: UFPB, 2012.

_____. **Alfabetizando os "filhos da Rainha" para a civilidade/modernidade: o Instituto Pedagógico em Campina Grande - PB (1919-1942),** UFPB, João Pessoa: 2014. (Tese de Doutorado)

ARANHA, Gervácio Batista. **Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925).** A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural. João Pessoa - PB: Idéia, 2003, v. único, p. 67-112.

BRASIL. **Art. 72. § 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm Acessado em 10 de Novembro de 2013).

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. De 24 de fevereiro de 1891. Rio de Janeiro, 1891.

BRASIL. **Decreto no 119-A,** de 7 jan. 1890. Dispõe sobre a proibição da intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas. Rio de Janeiro, 1890. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm> Acessado em: 10 de Novembro de 2013.

BRASIL. **Decreto nº 19.941**, de 30 de abril de 1931. Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1931. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.941-1931sobre%20o%20ensino%20religioso.htm> Acessado em: 11 de Outubro de 2013.

BRASIL, E. S. P. **A defesa do modelo escolanovista na revista evoluação: campina grande, PB, década de 1930.** In: *III Colóquio Brasileiro Educação na Sociedade Contemporânea:* Escola e Educação na sociedade contemporânea, 2012. v. 1.

BRASIL, E. S. P.; SANTOS, A.; JERONIMO, R. A.; NASCIMENTO, R. C. G. **Revista Evolução e o movimento escolanovista na cidade de Campina Grande PB, década de 1930**. In: *VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e III Encontro Internacional de Ensino de História*; de 02 a 05 de julho de 2012, Faculdade de Educação/UNICAMP; 2012, Campinas – SP, p. 01-17.

CAMARA, Epaminondas. **Datas Campinense**. Campina Grande: Ed. Caravela, 1988.

CARVALHO, Roberta Costa de. **Um escolanovista paraibano: José Baptista de Mello**. *Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação*, Natal, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer** / Michel de Certeau; 17. Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

COSTA, A. P. A **defesa da escola leiga pelo instituto pedagógico campinense (1919-1932).** In: *III Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades*, 2013, Caicó. III Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, 2013. p. 86-99.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande.** 2º Volume, 1993.

ELIADE, Mircea, **1907 1986: O sagrado e o profano** / Mircea Eliade; [tradução Rogério Fernandes]. – São Paulo: Martins Fontes, 1992. – (Tópicos.)

EVOLUÇÃO JORNAL. Campina Grande – PB: Edição de 1934. Arquivo da Biblioteca Atila de Almeida – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Publicação Trimestral, n.1.

FISCHER, Rosa M. B. **Foucault e a Análise do Discurso em Educação.** Faculdade de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Cadernos de Pesquisa, n.114, p. 197 – 223; novembro / 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009. p. 79.

_____. **Microfísica do poder/** organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edição Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 2010.

FRANCA, Leonel. **Ensino religioso e ensino leigo.** Rio de Janeiro, Schmidt Editor, 1931.

GARCIA, Renata Luigia Cresto. **Cecília Meirelles: Uma defensora da educação Laica**. In: Congresso de Pós-Graduação, 10º, 2012, Piracicaba, SP. *Anais*... Piracicaa, 2012, p.3.

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. **Imagens Literárias da Educação em Campina Grande (1907-1957).** In. *Revista Eletrônica Publicada pela EDUEP* - UEPB. V. 02, Nº 01, 2008. Disponível em: http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v2-n1/v2n1.html. Acessado em: 13/11/2014.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação.** São Paulo: Cortez, 1990.

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia; regime autoritário e a educação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

Jornal ***A IMPRENSA.*** Campina Grande – PB: Edição de 1859. Arquivo da Biblioteca Atila de Almeida – Universidade Estadual da Paraíba - UEPB.

Jornal ***A UNIÃO.*** João Pessoa – PB: Edição de 1920. Arquivo da Casa José Américo de Almeida. Publicação Trimestral.

_____. João Pessoa – PB: Edição de 1931. Arquivo da Casa José Américo de Almeida. Publicação Trimestral.

Jornal ***BRASIL NOVO.*** Campina Grande – PB: Edição de 1931. Arquivo da Biblioteca Atila de Almeida – Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Publicação Trimestral.

Jornal ***COMÉRCIO DE CAMPINA***. Campina Grande – PB: Edição de 1932. Arquivo da Biblioteca Atila de Almeida – Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Publicação Trimestral.

KULESZA, W. A. **Diretrizes centrais e educação local: confronto ou colaboração**. In: *V Congreso Iberoamericano de la Historia de la Educación Latinoamericana*, 2001, San José. Anais. San José: Universidad de Costa Rica, 2001.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e Educação depois de Babel.** Traduzido por Cyntia Farina.. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LIMA, Éber Ferreira Silveira. **Leonel Franca Versus Protestantes: itinerário de uma polêmica.** Londrina, Ed. UEL, 1995.

LIMA, P. S. N. **Dizeres e Saberes sobre Instituto Pedagógico Campinense na Revista Evolução (1919-1930).** In: *II Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades*, 2012, Caicó. *II Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades*. Caicó: DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, 2012. v. 01. p. Anais-1257.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da Escola Nova.** 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

MANIFESTO *dos Pioneiros da Educação Nova.* ***A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*** (1932). In: Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf> Acessado em 16/08/2014.

MATE, C. H. **Tempos Modernos na escola: os anos 30 e a racionalizaçao da educação brasileira.** 1ª. ed. Bauru: EDUSC, 2002. v. 1. 180p.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba.** 2ª. ed. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1956.

MELO, Josemir Camilo de. **"Evolução". Revista pedagógica e magazine na Paraíba dos anos 30.** II SEMINARIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E PESQUISA HISTORICA: SOCIEDADE E CULTURA DE 07 a 10 DE NOVEMBRO DE 2011. UFCG. Campina Grande-PB.

NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. **Disciplina e espaços: construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX.** Recife, 1997. Dissertação de Mestrado em História apresentado ao PPGH da UFPE.

PALMA FILHO, J. C. **A República e a educação no Brasil** - 1ª República - 1889-1930. In:_____. (Org.). *Caderno de Formação - Formação de Professores - Educação Cultura e Desenvolvimento - História da Educação.* 1ª ed.São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, v. único, p. 71-84.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira**. Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba.** 2001. Tese (Doutorado em Educação) - UNICAMP, Campinas.

RANQUETAT JR, Cesar A. **Religião em sala de aula: o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras.** CSOnline. Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Ano I. Edição 01, Fev. 2007.

REVISTA EVOLUÇÃO. Campina Grande - PB: Edição de 1931 -1932. Arquivo da Biblioteca Atila de Almeida – Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Publicação Trimestral, n. 1 a 9.

Revolução Francesa. Disponível em: http://revolucao-francesa.info/ acesso em: 22 de Fevereiro de 2015.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** 2.ª edição - Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTOS, Alexandro dos. **"CULTURA FÍSICA": O ENSINO DE EDUCAÇÃO PHYSICA NO INSTITUTO PEDAGÓGICO CAMPINENSE (DÉCADA DE 1930).** Monografia (Graduação). Campina Grande – PB: UFCG, 2014.

SANTOS, A; JERONIMO, R. A. **Ensino 'Leigo' no Instituto Pedagógico Campinense** 1919-1932. In: *I Simpósio Regional Nordeste da Associação Brasileira de História das Religiões*, 2013, Campina Grande. Religião, a Herança das Crenças e as Diversidades de Crer., 2013.

SILVA, Robson de Oliveira. **Uma instituição escolar católica em Alagoa Grande: as Irmãs Dorotéias e o Colégio Nossa Senhora do Rosário** *(1917 – 1919).* Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.

SILVA, R. N. **"Signal dos Tempos": modernidade, secularização e laicização. Instrução pública da Parahyba do Norte (1867-1902***)* Dissertação de Mestrado-João Pessoa,UFPB, 2006. (Dissertação de Mestrado).

_____. **A Igreja é uma Escola, ou como o Internato se tece: culturas instrucionais de confinamento e as Damas da Instrução Cristã-1891-1937**. João Pessoa, PB: Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal da Paraíba, 2012. (Tese de Doutorado).

SILVA, Vívia de Melo. **O Ensino Secundário Brasileiro, um olhar à Campina Grande**. In: *XXI EPENN*, 2013, Recife. Internacionalização da Educação e Desenvolvimento Regional. Recife: PPGE/UFPE, 2013. v. 1.

UCHÔA, Boulanger de Albuquerque. **História eclesiástica de Campina Grande**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Escola Nova e processo educativo.** In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). *500 anos de educação no Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.497-517.

_____. Coleção Grandes Educadores - **Educadores Brasileiros: Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo** (DVD). ATTA Mídia e Educação, 2006.

XAVIER, I.; TAMBARA, E. A. C. **Condorcet e a escola pública, laica gratuita e universal.** In: ANPED SUL, 2012, CAXIAS DO SUL. *IX SEMINARIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL.* Caxias do Sul: UCS, 2012. v. 1. p. 1-2.